

# Estudo Técnico Preliminar 12/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 15414.615344/2023-28

## 2. Descrição da necessidade

**1.1.** O Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal - ERSDF necessita assegurar a continuidade dos serviços de limpeza e conservação, tendo em vista que o atual contrato, de nº 12/2019, mantido com a empresa **KSK START OF OPPORTUNITY LTDA**, não será prorrogado, conforme Processo SEI 15414.603029/2019-71.

**1.2.** A contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação é essencial para o ERSDF, pois além de possibilitar que os servidores desempenhem suas atividades regimentais no melhor ambiente de trabalho possível, em condições que possibilitem um atendimento ao público de qualidade, também garante a conservação do patrimônio da Autarquia.

**1.3.** Ademais, a terceirização dos serviços se faz necessária, em virtude de a Susep não possuir em seu quadro funcional servidores com funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas.

**1.4.** O Decreto nº 2.271/97 e a Instrução Normativa nº 05 de abril de 2017 estabelecem que podem ser objeto de execução indireta os serviços de terceiros que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão. Na relação dessas atividades consta a prestação de serviços de limpeza e conservação.

**1.5.** Em face das particularidades acima expostas, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços, haja vista a sua imprescindibilidade para o bom funcionamento das tarefas da Susep, propomos abertura de licitação, através de pregão eletrônico, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, nas dependências do Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal (ERSDF), localizado no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco K, 13º andar, Brasília-DF.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ERSDF	Simon Ribeiro Holanda

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

**4.1.1.** Os serviços de limpeza e conservação serão prestados nas dependências do Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal - ERSDF, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 07h00 às 19h00, conforme necessidade do ERSDF.

**4.1.2.** Os serviços que tratam a presente contratação deverão ser executados com zelo e destreza, com material de qualidade e de acordo com as descrições e periodicidade das tarefas básicas abaixo, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério do ERSDF.

**4.1.3.** Os serviços de **limpeza e conservação** serão executados pelo contratado na seguinte frequência:

1.

**ÁREAS INTERNAS**

1.1.

**DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

1.1.1.1.

Remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc;

1.1.1.2.

Passar pano úmido, com os produtos adequados, em todo o piso, inclusive o da copa, diariamente e/ou sempre que necessário, no caso de um imprevisto que cause a sujeira do piso;

1.1.1.3.

Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

1.1.1.4.

Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

1.1.1.5.

Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação à associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;

1.1.1.6.

Manter em perfeita ordem a sala/ambiente disponibilizado para a guarda do material e dos bens pessoais dos funcionários colocados à disposição na prestação dos serviços;

1.1.1.7.

Lavar os panos de prato, de pia e de chão, sempre que necessário;

1.1.1.8.

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

1.2.

**DIARIAMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

1.2.1.

Efetuar a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante;

1.2.2.

Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários e outras áreas molhadas;

1.2.3.

Manter a copa e os armários das copas devidamente limpos e organizados;

1.2.4.

Recolher copos, xícaras e demais louças para a copa, lavar as louças sujas e guardá-las nos armários da copa;

1.2.5.

Retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração.

1.3.

**SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

1.3.1.

Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

1.3.2.

Limpar com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;

1.3.3.

Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

1.3.4.

Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;

1.3.5.

Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc;

1.3.6.

Lavar os pisos com detergente, encerar e lustrar;

1.3.7.

Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;

1.3.8.

Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;

1.3.9.

Limpar a geladeira, micro-ondas, purificador de água e máquina de café, semanalmente e sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato;

1.3.10.

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

1.4.

**SEMANALMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

1.4.1.

Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool;

1.5.

**MENSALMENTE, UMA VEZ:**

1.5.1.

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;

1.5.2.

Limpar forros, paredes e rodapés;

1.5.3.

Limpar persianas com produtos adequados;

1.5.4.

Remover manchas de parede;

1.5.5.

Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro;

1.5.6.

Limpar a caixa de gordura;

1.5.7.

Efetuar revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

1.6.

**ANUALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

1.6.1.

Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;

2.

#### **ESQUADRIAS EXTERNAS**

2.1.

**QUINZENALMENTE, UMA VEZ:**

2.1.1.

Limpar todos os vidros (face interna e externa), aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

#### **4.1.4. Requisitos a serem atendidos pela Contratada:**

**4.1.4.1.** Quando da assinatura do contrato, a licitante vencedora do certame deverá comprovar que possui sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados.

**4.1.4.2.** A Contratada deverá apresentar **01 (um) Atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de execução de serviço de características semelhantes ao descrito no objeto.

**4.1.4.3.** A Contratada deverá indicar preposto - responsável pela orientação, coordenação e acompanhamento dos serviços contratados, bem como pela resolução de quaisquer questões relativas ao contrato - **o qual deverá comparecer às dependências da SUSEP sempre que solicitado**, a fim de se inteirar das dificuldades encontradas no cumprimento do contrato, objetivando a perfeita execução dos serviços.

**4.1.4.4.** Deverá ser entregue à contratante, no início da prestação do serviço, a carta de indicação do preposto, assinada pelo representante legal da empresa.

**4.1.4.5.** Sempre que houver, por qualquer motivo, mudança de preposto, a contratada fica obrigada a informar à contratante observando as mesmas formalidades exigidas quando da primeira apresentação do preposto.

**4.1.4.6.** Para fins da prestação dos serviços, a empresa fornecerá o seguinte cargo: servente, Código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), 5143-20.

**4.1.4.7.** Os profissionais deverão ser maiores de 18 (dezoito) anos e ter escolaridade mínima de Ensino Fundamental Completo e experiência profissional mínima de 6 (seis) meses.

**4.1.5.** Para execução do serviço contratado, serão necessários, “no mínimo”, os materiais de limpeza e equipamentos constantes das tabelas abaixo, ficando sob responsabilidade da Contratada o fornecimento de quaisquer outros materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços, que não estejam relacionados.

**4.1.5.1.** Os produtos deverão ser de primeira qualidade, podendo a SUSEP a qualquer tempo, rejeitar qualquer produto caso não satisfaçam aos padrões exigidos. Neste caso a empresa deverá providenciar de imediato a substituição dos produtos que não forem aprovados pela fiscalização da Contratante.

**4.1.5.2.** Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser novos, de primeiro uso, e ser fornecidos até a data de início da execução dos serviços, devendo ser substituídos, no prazo máximo de 24 horas, contados da solicitação formal do servidor responsável pela fiscalização do contrato, sempre que apresentarem defeito e/ou necessitem de manutenção corretiva.

**4.1.5.3.** A empresa deverá fornecer mensalmente os materiais/produtos necessários à execução dos serviços até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento da solicitação do material necessário a ser fornecido no mês, acompanhados de relação detalhada dos itens, observada a periodicidade constante da relação básica de materiais e equipamentos, devendo o primeiro fornecimento ser efetivado até a data de início da execução dos serviços.

**4.1.5.4.** Os insumos não renováveis, constantes da relação básica dos equipamentos, deverão ser amortizados no primeiro ano da contratação, sendo retirados do item insumo da planilha de custos e formação de preços, quando da primeira prorrogação contratual. Caso não haja a citada amortização, a Contratada deverá promover a substituição de todos os insumos quando da renovação contratual.

**4.1.5.5.** O quantitativo do material de limpeza, especificado a seguir, não é exaustivo e apresenta, tão somente, uma estimativa do quantitativo de materiais, devendo a CONTRATADA responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais, incluindo o emprego de outros não previstos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços para atender à demanda da SUSEP.

**4.1.5.6.** Para o quantitativo de material especificado a seguir, foi considerada a área a ser limpa e os serviços a serem feitos, bem como o quantitativo estimado de pessoal da SUSEP/DF de 11 pessoas, entre servidores e funcionários terceirizados e o horário de funcionamento da Regional, compreendido entre 7hs às 19 hs.

**4.1.5.7.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais utensílios e equipamentos necessários, nas quantidades estimadas a seguir estabelecidas:

**a) Material para o serviço de limpeza:**

Item	Especificações	Quantidades		
		Mensal	Semestral	Anual
1	Água Sanitária (Galão de 5 litros)	1		12
2	Álcool Etílico 70º (Frasco de 1 litro)	3		36
3	Álcool Gel (frasco de 500 ml)	2		24
4	Balde plástico de 5 litros		1	2
5	Balde plástico de 12 litros		1	2

6	Desentupidor de vaso sanitário			1
7	Desinfetante para chão (Galão de 5 litros)	1		12
8	Desodorizador de ar (frasco de 400 ml)	4		48
9	Desodorizador sanitário, pastilha adesiva (caixa com 3 unidades)	4		48
10	Essência Aromática (frasco de 140 ml)	4		48
11	Escova limpeza geral, corpo de madeira		1	2
12	Escova para vaso sanitário		4	8
13	Espanador cabo de 40 cm			3
14	Espanador cabo de 60 cm			1
15	Esponja dupla face	2		24
16	Flanela branca (40 cm X 60 cm)	4		48
17	Limpa vidro (frasco de 500 ml)	1		12
18	Lustra móveis (frasco de 200 ml)		3	6
19	Luvas de limpeza anti-alérgica	1		12
20	Máscara	1		12
21	Pá para lixo		1	2
22	Pano de chão alvejado, tipo saco	2		24
23	Papel higiênico interfolhado, 21,50cm x 11cm, extra macio, cor branco (caixa com 10.000 folhas)	1		12
24	Papel toalha, tipo folha simples, cor branca, biodegradável, 22cm x 20cm (fardo com 1.000 folhas)	3		36
25	Protetor para assento sanitário (caixa c/ 40 unidades)	2		24
26	Rodo, cabo de madeira		2	4

27	Sabão em barra glicerinado	1		12
28	Sabão em pó, biodegradável (caixa c/ 1 quilo)	1		12
29	Sabonete líquido (frasco de 1 litro)	1		12
30	Sabonete líquido, refil para saboneteira de 800 ml	2		24
31	Saco de lixo, material plástico biodegradável, capacidade 100 litros (embalagem com 100 unidades)		3	6
32	Saco de lixo, cor preta, capacidade 40 litros (embalagem com 100 unidades)		3	6
33	Solução limpeza multiuso, composição básica sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalino, biodegradável (frasco de 500 ml)	2		24
34	Vassoura, material cerdas pet reciclado		1	2

**b) Equipamentos para serviço de limpeza:**

Item	Descrição	Quantidades
1	Carro funcional para limpeza com acessórios, como: saco, balde, placa de sinalização, etc.	1 (um)* *durante a vigência contratual, ressalvada a hipótese de substituição em caso de defeito no equipamento.
2	Enceradeira Lavadora de Pisos	1 (um)* *durante a vigência contratual, ressalvada a hipótese de substituição em caso de defeito no equipamento.

**4.1.6. Definição de Domissanitários:**

**4.1.6.1.** São substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e /ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

**4.1.6.1.1.** Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;

**4.1.6.1.2.** Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;

**4.1.6.1.3.** São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

**4.1.7.** A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, uniformes confeccionados com tecido e material de qualidade, para os profissionais indicados para a prestação dos serviços, observadas, no mínimo, as seguintes características básicas:

Profissional	Descrição	Quantidades
	Camiseta malha fria, gola esporte e com	

Servente	logomarca da empresa	3 (por semestre)
	Calça de gabardine ou brim	3 (por semestre)
	Moletom de manga longa com o emblema da empresa	1 (por ano)
	Par de meia em algodão, tipo soquete	6 (por semestre)
	Bota cano curto ou Tênis preto, solado antideslizante com palmilha antibacteriana	2 (por semestre)

**4.1.7.1.** A Contratada deverá entregar os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

**4.1.7.2.** No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

**4.1.7.3.** Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

**4.1.7.4.** A Contratada, deverá submeter amostra do uniforme, em até 5 (cinco) dias corridos contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte do ERSDF, que poderá exigir a substituição daquelas peças que julgar inadequadas, tendo a Contratada a obrigatoriedade de apresentar nova amostra no dia subsequente ao da reprovação.

**4.1.7.5.** Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pelo ERSDF.

**4.1.7.6.** Após a aprovação dos modelos pela Contratante, a Contratada deverá entregar os uniformes aos empregados em até 10 (dez) dias corridos. Nesse intervalo de tempo, a Contratada deverá orientar os empregados a usarem traje adequado.

**4.1.7.7.** Os custos dos uniformes não poderão ser descontados do empregado da Contratada.

**4.1.7.8.** Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado.

**4.1.7.9.** Os empregados deverão estar sempre calçados com sapatos, não sendo permitido o uso de sandálias ou chinelos.

## 5. Levantamento de Mercado

**5.1.** No levantamento de mercado e buscando a melhor solução a ser contratada, fizemos uma pesquisa no Comprasnet visando apurar contratações semelhantes de outros órgãos públicos. Assim, verificamos que as soluções encontradas contemplam a mão de obra, materiais e equipamentos e outras que contratam apenas a mão de obra isoladamente.

**5.2.** Considerando a realidade deste Escritório, entendemos que a solução que contempla a mão de obra, materiais e equipamentos é a mais adequada para a nossa necessidade, por se mostrar mais vantajosa, em razão da dificuldade e do custo administrativo de instruir processos de compra para adquirir materiais e equipamentos em pequenas quantidades, ou então teríamos que fazer estoque para esses materiais, o que não seriam muito adequado, pois precisaríamos ocupar uma área para tal fim. Além disso, o fornecimento dos equipamentos sendo de responsabilidade da empresa garante a continuidade dos serviços,



nos casos de necessidade de manutenção ou reparo, uma vez que a empresa providencia a substituição e/ou o conserto dos equipamentos, quando necessário.

## **6. Descrição da solução como um todo**

**6.1.** Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e conservação, nas dependências da Susep no Distrito Federal, com emprego de mão de obra, fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza adequados e suficientes.

### **6.2. O serviço possui natureza continuada**

**6.2.1.** Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, conforme previsto na IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

**6.2.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art.3º do aludido decreto.

### **6.3. Critérios de Sustentabilidade**

**6.3.1.** A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em conformidade com a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

**6.3.2.** Utilizar produtos, preferencialmente, sustentáveis e de menor impacto ambiental.

**6.3.3.** Utilizar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagens que utilize materiais recicláveis e atóxicos, conforme determina as normas da ABNT, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização, transporte e armazenamento.

**6.3.4.** Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

**6.3.5.** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, por parte de seus funcionários alocados para a prestação dos serviços, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08/10/2003.

**6.3.6.** Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

**6.3.7.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

**6.3.8.** Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

**6.3.9.** Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

**6.3.10.** Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

**6.3.11.** Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Contratante para a sua melhor destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva.

**6.3.12.** A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

**6.3.13.** Independentemente dos critérios acima definidos, a Contratada deverá adotar as medidas que forem cabíveis descritas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

#### **6.4. Duração da vigência contratual**

**6.4.1.** A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ter sua vigência prorrogada por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

#### **6.5. Necessidade de transição contratual**

**6.5.1.** Por tratar-se de serviço comum e amplamente contratado por diversos órgãos, não identificamos a necessidade da Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

### **7.1. Do método utilizado para a estimativa**

**7.1.1.** Conforme dispõe a IN MPDG nº 05/2017, os serviços de limpeza e conservação serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

**7.1.2.** O ERSDF está instalado em uma área aproximada de 500 (quinhentos) m², possuindo 1 copa, 2 banheiros na área interna e 2 banheiros na área externa (comum), mas de uso exclusivo dos servidores e colaboradores do ERSDF.

**7.1.3.** A esquadria Externa, face interna e externa é de aproximadamente 390 (trezentos e noventa) m².

**7.1.4.** Foram adotados os valores de referência de produtividade divulgados pela IN 05/2017, Anexo VI-B.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 44.900,28

**8.1.** Para definir o valor estimado para a contratação, consideramos as seguintes despesas: a mão de obra e o material a ser fornecido. Assim, confeccionamos a planilha de estimativa de custo da contratação considerando o salário e benefícios estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho de 2023 SEI (1711554). Para os percentuais referentes às despesas referentes ao custo do profissional, utilizamos os percentuais sugeridos pela Conta Vinculada e decisões dos Acórdãos do TCU. Já para os Custos Indiretos, Tributos e Lucro, utilizamos os percentuais adotados pelo Caderno Técnico publicado pelo Ministério da Economia/SEGES, SEI (1711535), que define o valor limite para a contratação dos serviços de Limpeza no Distrito Federal.

**8.2.** Para definir o valor do uniforme, adotamos o critério estabelecido no mencionado Caderno Técnico, que considera o percentual de 1,45% sobre as despesas referentes à remuneração e demais despesas dela decorrentes (Módulos I, II, III e IV).

**8.3.** Para o valor dos materiais de consumo, de limpeza, utensílios e equipamentos, fizemos pesquisa de preço no Painel de Preços, considerando a nossa demanda do atual contrato.

**8.4.** Vale informar que para o serviço de limpeza, a contratação é por metragem e a empresa poderá adotar produtividade diferente da sugerida por esta SUSEP na Planilha de Estimativa da Despesa, desde que apresente as devidas justificativas com o demonstrativo do cálculo, que serão avaliadas pela Contratante.

**8.5.** Na sua proposta, a empresa Licitante deverá observar os valores limites para a contratação dos serviços de limpeza e conservação, no âmbito do Distrito Federal, fixados pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, por meio do Caderno Técnico, doc. SEI (0523454), respeitando os valores de salário e benefícios atualizados através da CCT nº 000037 /2023, registrada no MTE em 20/01/2023.

8.6. Sendo assim, após esses levantamentos, conforme Planilha de Estimativa de Custos, doc. SEI (1712395), chegamos a uma previsão de despesa para a contratação dos serviços de limpeza no valor mensal de **R\$ 3.741,70 (três mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta centavos)**, conforme demonstrado abaixo:

Item	Descrição	Área	Produtividade	Homem – Mês (R\$)	Valor Unitário m²	Valor médio mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Área Interna	500m²	800	5.089,41	6,36	3.180,88	38.170,56
2	Esquadria Externa – Face Interna/Externa sem exposição ao risco	390m²	300	5089,41	1,16	560,82	6.729,84
<b>VALOR MENSAL ESTIMADO DO CONTRATO</b>							<b>3.741,70</b>
<b>VALOR ANUAL ESTIMADO DO CONTRATO</b>							<b>44.900,40</b>

8.7. Vale registrar que o valor alcançado do metro quadrado para a limpeza da área interna e das esquadrias face interna/externa sem exposição ao risco, encontra-se dentro do limite estabelecido pelo Ministério da Economia, no Caderno Técnico SEI (1711535), conforme demonstrado abaixo:

Valores Limites Mínimos e Máximos para a Contratação de serviço de Limpeza DF/2023			
	Mínimo	Máximo	Estimativa SUSEP
Área Interna (produtividade 800m²)	R\$ 5,60	R\$ 6,73	<b>R\$ 6,36</b>
Esquadria Externa Face interna/externa sem exposição ao risco (produtividade 300m²)	R\$ 1,26	R\$ 1,52	<b>R\$ 1,44</b>

## 9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

9.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Entendemos que o objeto da licitação é **indivisível** e que o seu parcelamento pode gerar a oferta de soluções por empresas distintas, o que poderia acarretar em dificuldades para a fiscalização do contrato e, consequentemente, majorar os riscos para a Administração. **Portanto, concluímos que o parcelamento não é econômico ou tecnicamente viável.**

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**11.1.** Em atendimento ao que preveem os art. 1º, inciso III, e art. 21, inciso I, alínea a, da IN nº 05 da Seges MPDG de 26/09/2017, a contratação proposta está alinhada com o Planejamento Estratégico da SUSEP (2020 - 2023), posto que os "processos" de "gerir suprimentos, serviços e materiais"; "gerir aquisições e contratações"; e "contratar bens e serviços", estão vinculados ao macroprocesso de gestão e suporte denominado "Administração e Logística Integrada" (pág. 14 do Planejamento Estratégico da SUSEP).

**11.2.** Ainda, a contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

**12.1.** Espera-se com esta contratação no mínimo os seguintes resultados:

**12.1.1.** A prestação dos serviços de limpeza e conservação, com todo o material necessário, em conformidade com padrões mínimos desejados pela SUSEP, dentro dos princípios de eficiência e de sustentabilidade.

**12.1.2.** Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

**12.1.3.** Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, tanto na gestão quanto na fiscalização do contrato.

**12.1.4.** Rapidez no atendimento à demanda dos serviços.

## 13. Possíveis Impactos Ambientais

**13.1.** Não há impactos ambientais significativos.

## 14. Providências a serem Adotadas

**14.1.** Não há necessidade de se adotar tais providências, visto que a infraestrutura utilizada na execução do contrato atual será mantida na sua integralidade.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Após este estudo preliminar, verificamos que o objeto a ser contratado é fundamental para a garantia das atividades desempenhadas pelos servidores lotados na SUSEP/DF, em virtude da manutenção e fornecimento de melhores condições de trabalho. A contratação pretendida é amplamente adotada por outros entes públicos e visa a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, portanto, declaramos que a contratação pretendida é viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DANIEL LIMA CARVALHO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 13/07/2023 às 13:34:40.*

**SIMON RIBEIRO HOLANDA**

Agente de contratação

## Lista de Anexos

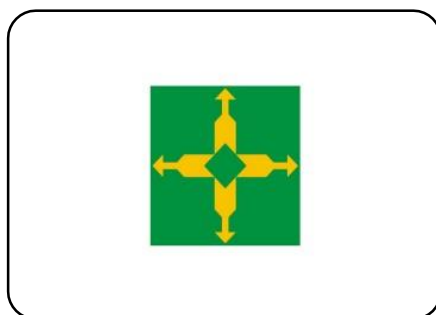
Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Caderno Central de Compras - Serviços de Limpeza 2019.pdf (1.4 MB)
- Anexo II - Convenção Coletiva de Trabalho 2023.pdf (321.7 KB)

**Anexo I - Caderno Central de Compras - Servicos de  
Limpeza 2019.pdf**

# **Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação**

**Unidade da Federação**



**DISTRITO FEDERAL  
2019**



**Presidente da República**

Jair Messias Bolsonaro

**Ministério da Economia**

Paulo Roberto Nunes Guedes

**Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital**

Paulo Spencer Uebel

**Secretaria de Gestão – SEGES**

Cristiano Rocha Heckert

**Departamento de Logística – DELOG**

Wesley Rodrigo Couto Lira

**Coordenação Geral de Normas – CGNOR**

Andréa Regina Lopes Ache

**Equipe Técnica - Coordenação-Geral de Normas**

**Elaboradores:**

Andréa Regina Lopes Ache

Maria Arcângela Silva Casagrande

Scheyla Cristina de Souza Belmiro do Amaral

**Colaboradores:**

Fernando Simões de Carvalho Chagas

Kadu Freire de Abreu

Manuela Deolinda dos Santos S. Pires

Marina do Bé Nascentes Marcondes de França Ferreira

Priscila Rayane de Menezes Silva Machado

## APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta a metodologia utilizada para determinação dos valores limites para a contratação dos **serviços de limpeza e conservação** no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para cada Unidade da Federação.

A fixação dos valores limites para os **serviços de limpeza e conservação**, e os estudos de fatores de formação de custos para o estabelecimento de preços mínimos e máximos são balizados em conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como na Convenção Coletiva de Trabalho e nos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE) e, ainda, estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizadas pelo INSS. Alguns fatores foram estabelecidos com base nos estudos da Fundação Instituto de Administração - FIA, dentre eles, o salário do encarregado.

O presente documento encontra-se organizado nas seguintes seções:

- a) Valor publicado no Portal de Compras do Governo Federal de acordo com as produtividades previstas na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
- b) Memória de cálculo do estudo – planilha de cálculo detalhada a partir da qual foram obtidos os valores limites com os parâmetros do Cenário Máximo e Mínimo; e
- c) Anexo com valores que atendam às produtividades previstas na Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008.

## INTRODUÇÃO

Os valores limites para a contratação dos serviços limpeza e conservação, estabelecidos pela Secretaria de Gestão (SEGES), por meio da Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017, consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação.

Os Valores Limites referente à limpeza e conservação, observaram os seguintes índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, não inferiores a:

I - áreas internas com produtividade de 800 a 1200 m<sup>2</sup> (oitocentos a mil e duzentos metros quadrados);

II - áreas externas com produtividade de 1800 a 2.700 m<sup>2</sup> (mil e oitocentos a dois mil e setecentos metros quadrados);

III - esquadrias externas com produtividade de 300 a 380 m<sup>2</sup> (trezentos a trezentos e oitenta metros quadrados); e

IV - fachadas envidraçadas com produtividade de 130 a 160 m<sup>2</sup> (cento e trinta a cento e sessenta metros quadrados).

Tais valores não impedem a repactuação de preços que ocorrerem durante a vigência contratual, mas apenas os preços decorrentes de nova contratação ou renovação de contrato, tendo em vista que o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, assegura aos contratados o direito de receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Os valores mínimos estabelecidos nas Portarias da SEGES visam garantir a exequibilidade da contratação, de modo que as propostas com preços próximos ou inferiores ao mínimo deverão comprovar sua exequibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos itens 9.4, 9.5 e 9.6 do anexo VII-A, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

## LIMPEZA 2019

Valores limites Mínimos e Máximos para a Contratação de Serviços de Limpeza – (R\$) 08/05/2019							
ÁREA INTERNA				ÁREA EXTERNA			
Produtividade 800 m <sup>2</sup> a 1200 m <sup>2</sup>				Produtividade 1800 m <sup>2</sup> a 2700 m <sup>2</sup>			
800 m <sup>2</sup>		1200 m <sup>2</sup>		1800 m <sup>2</sup>		2700 m <sup>2</sup>	
Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
<b>R\$ 5,60</b>	R\$ 6,73	<b>R\$ 3,73</b>	R\$ 4,48	<b>R\$ 2,49</b>	R\$ 2,99	<b>R\$ 1,66</b>	R\$ 1,99

ESQUADRIA EXTERNA Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco  Produtividade 300 m <sup>2</sup> a 380 m <sup>2</sup>				FACHADA ENVIDRAÇADA e Face externa com exposição a situação de risco  Produtividade 130 m <sup>2</sup> a 160 m <sup>2</sup>			
300 m <sup>2</sup>		380 m <sup>2</sup>		130 m <sup>2</sup>		160 m <sup>2</sup>	
Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
<b>R\$ 1,26</b>	R\$ 1,52	<b>R\$ 1,00</b>	R\$ 1,20	<b>R\$ 0,40</b>	R\$ 0,48	<b>R\$ 0,33</b>	R\$ 0,39

## CENÁRIO MÁXIMO

Foi utilizada a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com o número de registro no MTE: **DF000010/2019**.

### MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

#### Composição da Remuneração:

- Salário Base
- Adicional de Periculosidade

SALÁRIO BASE	
Servente	<b>1.198,87</b>
Servente de Fachada	<b>1.421,40</b>
Encarregado	<b>2.397,73</b>
Encarregado de Fachada	<b>2.397,73</b>

O **Salário Base** vem previsto na cláusula quarta da CCT:

#### **“CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS**

*As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao piso mínimo de R\$ 1.198,87 (Mil Cento e Noventa e Oito Reais e Oitenta e Sete Centavos). Os salários normativos da categoria por atividades específicas, já reajustados, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019 são:*

<b>PROFISSÃO/FUNÇÃO*</b>	<b>SALÁRIOS</b>
Servente	R\$ 1.198,87
Encarregado de Limpeza	R\$ 2.397,73
Jauzeiro	R\$ 1.421,40

*\*Cargos previstos na CCT para composição dos valores limites de limpeza e conservação. ”*

#### **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente de Fachada	1.421,40	30%	<b>426,42</b>

O **Adicional de periculosidade** vem previsto na cláusula décima primeira da CCT:

#### **“CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - PERICULOSIDADE**

*Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).*

#### **Cálculo do Adicional de periculosidade:**

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

**Base de cálculo:** Salário base.

**Percentual previsto na CCT:** de 30%

**O valor do adicional:** Base de Cálculo x Percentual

**Exemplo:** 1.421,40 x 30% = 426,42.

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO			
Categoria	Salário Base	Adicional de Periculosidade	TOTAL
Servente	1.198,87		1.198,87
Servente de Fachada	1.421,40	426,42	1.847,82
Encarregado	2.397,73		2.397,73
Encarregado de Fachada	2.397,73		2.397,73

**Valor do Módulo 1** (Remuneração): soma dos adicionais devidos pelo empregador.

**Total:** Salário Base + Adicional de Periculosidade.

**Exemplo:** 1.198,87.

**MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)**

**Composição dos Encargos e Benefícios diários, mensais e anuais:**

- Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.
- Submódulo 2.2 – Guia da Previdência Social – GPS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- Submódulo 2.3 – Benefícios mensais e diários.

**SUBMÓDULO 2.1 – 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS**

13º SALÁRIO			
Categoria	Base de Cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	1.198,87	8,33%	99,91
Servente de Fachada	1.847,82	8,33%	153,99
Encarregado	2.397,73	8,33%	199,81
Encarregado de Fachada	2.397,73	8,33%	199,81

Conforme disposto no Decreto nº 57.155, de 03 de novembro de 1965:

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

“Art. 1º O pagamento da gratificação salarial, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as alterações constantes da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, será efetuado pelo empregador até o dia 20 de dezembro de cada ano, tomando-se por base a remuneração devida nesse mês de acordo com o tempo de serviço do empregado no ano em curso.

Parágrafo único. A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral.”

**Base de Cálculo: Módulo 1.**

**Provisionamento mensal: 8,33%** que corresponde a  $1 \div 12 = 8,3333$ .

**Valor:** Base de Cálculo x Provisionamento mensal.

**Exemplo: 1.198,87 x 8,33% = 99,91.**

FÉRIAS			
Categoria	Base de Cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	1.198,87	8,33%	99,91
Servente de Fachada	1.847,82	8,33%	153,99
Encarregado	2.397,73	8,33%	199,81
Encarregado de Fachada	2.397,73	8,33%	199,81

Conforme disposto no art. 129 da Consolidação das Leis do Trabalho:

“Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.”

**Base de Cálculo: Módulo 1.**

**Provisionamento mensal: 8,33%** que corresponde a  $1 \div 12 = 8,3333$ .

**Valor:** Base de Cálculo x Provisionamento mensal.

**Exemplo: 1.198,87 x 8,33% = 99,91.**

## Observações importantes:

1ª – A formação de preços deste caderno técnico, considera a vigência contratual de 12 meses, conforme previsto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993. Assim, a referida rubrica tem como principal objetivo suprir a necessidade, ao final do contrato de 12 meses, do pagamento das férias remuneradas, na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (art. 129). Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

2ª - Deve ser ponderado pelo gestor no momento da composição de custos, a necessidade ou não da inclusão dessa rubrica, observada nesses casos sempre a duração do contrato. Caso seja firmado contrato com duração superior a 12 meses, sugere-se a exclusão dessa rubrica. **Para mais informações, [clique aqui](#).**

ADICIONAL DE FÉRIAS				
Categoria	Base de Cálculo	Alíquota do Adicional	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	1.198,87	33,33%	8,33%	33,30
Servente de Fachada	1.847,82	33,33%	8,33%	51,33
Encarregado	2.397,73	33,33%	8,33%	66,60

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
**SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal**

Encarregado de Fachada	2.397,73	33,33%	8,33%	<b>66,60</b>
------------------------	----------	--------	-------	--------------

Conforme disposto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal:

*“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)*

*XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;”*

**Base de Cálculo: Módulo 1.**

**Alíquota do Adicional: 33,33 %** que corresponde a  $1 \div 3 = 33,3333$ .

**Provisionamento mensal: 8,33 %** que corresponde a  $1 \div 12 = 8,3333$ .

**Valor:** Base de Cálculo x Alíquota do Adicional x Provisionamento mensal.

**Exemplo:** **1.198,87 x 33,33% x 8,33% = 33,30.**

<b>SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS</b>				
<b>Categoria</b>	<b>13º Salário</b>	<b>Férias</b>	<b>Adicional de Férias</b>	<b>Total</b>
Servente	99,91	99,91	33,30	<b>233,11</b>
Servente de Fachada	153,99	153,99	51,33	<b>359,30</b>
Encarregado	199,81	199,81	66,60	<b>466,23</b>
Encarregado de Fachada	199,81	199,81	66,60	<b>466,23</b>

**Total do Submódulo 2.1:** 13º Salário + Férias + Adicional de Férias (a ser pago mensalmente a título de provisionamento).

**Valor:** **99,91 + 99,91 + 33,30 = 233,11.**

**SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS**

<b>COMPOSIÇÃO DO GPS E FGTS</b>	
<b>Encargos</b>	<b>Percentual</b>
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT- GIL/RAT	3,00%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
<b>TOTAL</b>	<b>36,80%</b>



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

GPS - GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente	1.431,98	28,80%	<b>412,41</b>
Servente de Fachada	2.207,12	28,80%	<b>635,65</b>
Encarregado	2.863,96	28,80%	<b>824,82</b>
Encarregado de Fachada	2.863,96	28,80%	<b>824,82</b>

**Base de Cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1.**

**Percentual:** Alíquota do GPS correspondente aos encargos sociais referentes a parcelas do INSS – empregador, Salário – Educação, GIL-RAT - SAT, SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA totalizando um percentual de **28,80%**. Para efeito de cálculo, leva-se em consideração o SAT no percentual de **3,00%**.

**Valor:** incidência do GPS sobre a Base de Cálculo.

**Exemplo:** **1.431,98 x 28,80% = 412,41.**

FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente	1.431,98	8,00%	<b>114,56</b>
Servente de Fachada	2.207,12	8,00%	<b>176,57</b>
Encarregado	2.863,96	8,00%	<b>229,12</b>
Encarregado de Fachada	2.863,96	8,00%	<b>229,12</b>

\*Art. 15 da Lei nº 8.036, 11 de maio de 1990, abaixo:

*“Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965. (Vide Lei nº 13.189, de 2015)”*

**Base de Cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1.**

**Percentual:** 8%.

**Valor:** incidência do FGTS sobre a Base de Cálculo.

**Exemplo:** **1.431,98 x 8% = 114,56.**

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS			
Categoria	GPS	FGTS	Total
Servente	412,41	114,56	<b>526,97</b>
Servente de Fachada	635,65	176,57	<b>812,22</b>
Encarregado	824,82	229,12	<b>1.053,94</b>
Encarregado de Fachada	824,82	229,12	<b>1.053,94</b>

**Total do Submódulo 2.2:** GPS + FGTS (a ser pago mensalmente).

**Valor:** 412,41 + 114,56 = 526,97.

**SUBMÓDULO 2.3 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

**VALE TRANSPORTE**

CUSTOS DA PASSAGEM				
Categoria	Vr. Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total
Servente	5,00	2	22	220,00
Servente de Fachada	5,00	2	22	220,00
Encarregado	5,00	2	22	220,00
Encarregado de Fachada	5,00	2	22	220,00

**Valor unitário:** valor da tarifa de ônibus na capital.

**Vales por dia:** quando não previstos na CCT, considera-se 02 (dois) vales transportes (ida e volta).

**Dias efetivamente trabalhados:** consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo total:** valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador.

**Exemplo:** 5,00 x 2 vales x 22 dias = 220,00.

DESCONTO DE VALE TRANSPORTE			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Desconto
Servente	1.198,87	6%	71,93
Servente de Fachada	1.421,40	6%	85,28
Encarregado	2.397,73	6%	143,86
Encarregado de Fachada	2.397,73	6%	143,86

\* Parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985:

“Art. 4º (...)

*Parágrafo único - O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico. ”*

**Base de Cálculo:** salário base.

**Percentual:** quando não previsto na CCT será de 6%.

**Desconto:** calculado a partir da incidência de 6% sobre o salário base.

**Exemplo:** Base de Cálculo x Percentual = Desconto → 1.198,87 x 6% = 71,93.

CUSTO EFETIVO DO VALE TRANSPORTE			
Categoria	Custo total	Desconto	Custo efetivo
Servente	220,00	71,93	148,07
Servente de Fachada	220,00	85,28	134,72

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

Encarregado	220,00	143,86	<b>76,14</b>
Encarregado de Fachada	220,00	143,86	<b>76,14</b>

**Custo total:** valor do vale transporte.

**Desconto:** contrapartida do empregado em relação ao benefício.

**Custo efetivo:** valor que a administração repassará à contratada.

**Exemplo:** 220,00 – 71,93 = 148,07.

**VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO**

VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Categoria	Valor diário	Dias efetivamente trabalhados	Valor
Servente	33,00	22	<b>726,00</b>
Servente de Fachada	33,00	22	<b>726,00</b>
Encarregado	33,00	22	<b>726,00</b>
Encarregado de Fachada	33,00	22	<b>726,00</b>

**Valor diário:** previsto na cláusula décima terceira da CCT:

**“CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

*As empresas ficam obrigadas a conceder a seus empregados, no ato da contratação, o auxílio alimentação no valor de R\$ 33,00 (trinta e três reais) e a estes a cada 30 (trinta) dias e de uma única vez, pelos dias efetivamente trabalhados, independente da carga horária. A presente parcela não integra a remuneração, por não ter caráter de contraprestação de serviços.”*

**Dias efetivamente trabalhados:** consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Valor:** Valor unitário x dias trabalhados.

**Exemplo:** 33,00 x 22 dias = 726,00.

DESCONTO DO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Categoria	Valor desconto	Dias efetivamente trabalhados	Desconto
Servente	0,30	22	<b>6,60</b>
Servente de Fachada	0,30	22	<b>6,60</b>
Encarregado	0,30	22	<b>6,60</b>
Encarregado de Fachada	0,30	22	<b>6,60</b>

**Desconto:** previsto no parágrafo quarto da cláusula décima terceira da CCT.

**“CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (...)**

***Parágrafo Quarto - CONTRIBUIÇÃO PAT** - Em cumprimento à legislação que regulamenta o benefício do PAT, fica estabelecido que as empresas procederão ao desconto no valor facial do vale alimentação, limitado a R\$ 0,30 (trinta centavos), que deverá ser multiplicado pelo número total de vales alimentação fornecidos ao trabalhador.”*

**Valor:** valor do desconto x dias efetivamente trabalhados.

**Exemplo: 0,30 x 22 = 6,60.**

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

CUSTO EFETIVO DO VALE REFEIÇÃO			
Categoria	Custo total	Desconto	Custo efetivo
Servente	726,00	6,60	<b>719,40</b>
Servente de Fachada	726,00	6,60	<b>719,40</b>
Encarregado	726,00	6,60	<b>719,40</b>
Encarregado de Fachada	726,00	6,60	<b>719,40</b>

**Custo total:** valor do vale transporte.

**Desconto:** contrapartida do empregado em relação ao benefício.

**Custo efetivo:** valor que a administração repassará à contratada.

**Exemplo:** 726,00 – 6,60 = 719,40.

**PLANO AMBULATORIAL E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

PLANO AMBULATORIAL E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA			
Categoria	Plano Ambulatorial	Assistência Odontológica	TOTAL
Servente	149,00	10,30	<b>159,30</b>
Servente de Fachada	149,00	10,30	<b>159,30</b>
Encarregado	149,00	10,30	<b>159,30</b>
Encarregado de Fachada	149,00	10,30	<b>159,30</b>

O **Plano ambulatorial** vem previsto na cláusula décima quinta da CCT:

**“CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO AMBULATORIAL**

*As empresas repassarão, mensalmente, à operadora do plano ambulatorial o valor de R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais), unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, público ou privado, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial, sem qualquer ônus para o trabalhador.”*

A **Assistência Odontológica** vem prevista na cláusula décima sétima da CCT:

**“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

*Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de R\$ 10,30 (dez reais e trinta centavos) por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.”*

**ASSISTÊNCIA FUNERAL**

ASSISTÊNCIA FUNERAL	
Categoria	Valor
Servente	2,00
Servente de Fachada	2,00
Encarregado	2,00
Encarregado de Fachada	2,00

A **Assistência Funeral** vem prevista no parágrafo primeiro da cláusula décima sexta da CCT:

**“CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA FUNERAL (...)**

**Parágrafo primeiro** – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de R\$ 2,00 (dois reais) por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no caput, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.”

SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS					
Categoria	Vale Transporte	Vale Refeição	Saúde e Odontológico	Assistência Funeral	Total
Servente	148,07	719,40	159,30	2,00	1.028,77
Servente de Fachada	134,72	719,40	159,30	2,00	1.015,42
Encarregado	76,14	719,40	159,30	2,00	956,84
Encarregado de Fachada	76,14	719,40	159,30	2,00	956,84

\* Somatório dos benefícios mensais e diários

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)				
Categoria	Submódulo 2.1	Submódulo 2.2	Submódulo 2.3	Total
Servente	233,11	526,97	1.028,77	1.788,85
Servente de Fachada	359,30	812,22	1.015,42	2.186,93
Encarregado	466,23	1.053,94	956,84	2.477,00
Encarregado de Fachada	466,23	1.053,94	956,84	2.477,00

\* Somatório dos Submódulos 2.1, 2.2, 2.3.

**MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO**

**Composição da provisão para Rescisão**

- **Submódulo 3.1 – Aviso Prévio Indenizado.**
- **Submódulo 3.2 – Aviso Prévio Trabalhado.**
- **Submódulo 3.3 – Demissão por justa causa.**

Para calcular a provisão para rescisão usa-se o percentual por tipos de desligamentos para cada unidade da federação e para cada categoria de serviço, extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Para o Distrito Federal, no serviço de limpeza, temos os seguintes percentuais:

PERCENTUAIS POR TIPO DE DESLIGAMENTO	
Tipos	Percentual
Demissão SEM justa Causa	85,43%
Demissão COM justa Causa	1,62%
Desligamentos OUTROS TIPOS	12,95%

Para efeito de cálculo dos valores limites (máximo), considera-se, nas demissões sem justa causa, o percentual de **50%** para aviso prévio trabalhado e de **50%** para o aviso prévio indenizado.

PERCENTUAIS POR TIPO DE DESLIGAMENTO	
Tipos	Percentual
SEM justa Causa – AP INDENIZADO	42,72%
SEM justa Causa – AP TRABALHADO	42,72%

**SUBMÓDULO 3.1 – AVISO PRÉVIO INDENIZADO**

AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	2.575,31	12	<b>214,61</b>
Servente de Fachada	3.399,10	12	<b>283,26</b>
Encarregado	4.049,91	12	<b>337,49</b>
Encarregado de Fachada	4.049,91	12	<b>337,49</b>

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 (sem a incidência dos encargos previdenciários correspondentes ao GPS). Considera-se a duração média do contrato de trabalho de 12 meses.

**Provisionamento Mensal:** meses de duração do contrato de prestação de serviços.

**Valor a ser provisionado nos casos de Aviso Prévio Indenizado.**

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

Base de cálculo ÷ Provisionamento mensal.

**Exemplo:**  $2.575,31 \div 12 = 214,61$ .

MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual da Multa	Valor
Servente	114,56	50%	57,28
Servente de Fachada	176,57	50%	88,28
Encarregado	229,12	50%	114,56
Encarregado de Fachada	229,12	50%	114,56

**Base de cálculo:** Corresponde ao valor do depósito mensal realizado no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

**Percentual da Multa:** corresponde a **50%** dos quais **40%** refere-se à multa do FGTS e **10%** à contribuição social a ser recolhida na rede bancária e transferida à Caixa Econômica Federal.

**Valor:** Base de cálculo x Percentual da Multa.

**Exemplo:**  $114,56 \times 50\% = 57,28$ .

SUBMÓDULO 3.1 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente	271,89	42,72%	116,14
Servente de Fachada	371,54	42,72%	158,70
Encarregado	452,05	42,72%	193,09
Encarregado de Fachada	452,05	42,72%	193,09

**Base de Cálculo:** Valor a ser provisionado nos casos de Aviso Prévio Indenizado + multa do FGTS e Contribuição Social.

**Percentual:** **50%** das demissões sem justa causa.

**Valor:** Base de Cálculo x Percentual.

**Exemplo:**  $271,89 \times 42,72\% = 116,14$ .

## SUBMÓDULO 3.2 – AVISO PRÉVIO TRABALHADO

AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	2.987,72	12	248,98
Servente de Fachada	4.034,75	12	336,23
Encarregado	4.874,73	12	406,23
Encarregado de Fachada	4.874,73	12	406,23



# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

**Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2.** Considera-se a duração média do contrato de trabalho de 12 meses.

**Provisionamento Mensal:** meses de duração do contrato de prestação de serviços.

**Valor a ser provisionado nos casos de Aviso Prévio Trabalhado.**

Base de cálculo ÷ Provisionamento mensal.

**Exemplo:**  $2.987,72 \div 12 = 248,98$ .

MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual da Multa	Valor
Servente	114,56	50%	<b>57,28</b>
Servente de Fachada	176,57	50%	<b>88,28</b>
Encarregado	229,12	50%	<b>114,56</b>
Encarregado de Fachada	229,12	50%	<b>114,56</b>

**Base de cálculo:** Corresponde ao valor do depósito mensal realizado no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

**Percentual da Multa:** corresponde a **50%** dos quais **40%** refere-se à multa do FGTS e **10%** à contribuição social a ser recolhida na rede bancária e transferida à Caixa Econômica Federal.

**Valor:** Base de cálculo x Percentual da Multa.

**Exemplo:**  $114,56 \times 50\% = 57,28$ .

SUBMÓDULO 3.2 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente	306,26	42,72%	<b>130,82</b>
Servente de Fachada	424,51	42,72%	<b>181,33</b>
Encarregado	520,79	42,72%	<b>222,45</b>
Encarregado de Fachada	520,79	42,72%	<b>222,45</b>

**Base de Cálculo:** Valor a ser provisionado nos casos de Aviso Prévio Trabalhado + Multa do FGTS e Contribuição Social.

**Percentual:** **50%** das demissões sem justa causa.

**Valor:** Base de Cálculo x Percentual

**Exemplo:**  $306,26 \times 42,72\% = 130,82$ .

## SUBMÓDULO 3.3 – DEMISSÕES POR JUSTA CAUSA

Corresponde ao cálculo das provisões incorporadas para adicional de férias e 13º salário que não são devidas no caso de demissão por justa causa, sendo valor negativo. O cálculo foi feito assumindo que as demissões por justa causa têm distribuição uniforme ao longo do ano.

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

BASE DE CÁLCULO PARA DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA				
Categoria	Valor provisionado do 13º Salário	Valor provisionado das Férias	Valor provisionado do Adicional de Férias	Valor
Servente	-99,91	-99,91	-33,30	-233,11
Servente de Fachada	-153,99	-153,99	-51,33	-359,30
Encarregado	-199,81	-199,81	-66,60	-466,23
Encarregado de Fachada	-199,81	-199,81	-66,60	-466,23

**Valor mensal provisionado do 13º Salário.**

**Valor mensal provisionado das Férias.**

**Valor mensal provisionado do Adicional de Férias.**

**Valor:** Valor mensal provisionado do 13º Salário + Valor mensal provisionado das Férias + valor mensal provisionado do Adicional de Férias.

**Exemplo:**  $(- 99,91) + (- 99,91) + (- 33,30) = (- 233,11)$ .

SUBMÓDULO 3.3 - CUSTO DA DEMISSÃO COM JUSTA CAUSA			
Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Servente	-233,11	1,62%	-3,78
Servente de Fachada	-359,30	1,62%	-5,82
Encarregado	-466,23	1,62%	-7,55
Encarregado de Fachada	-466,23	1,62%	-7,55

**Base de Cálculo:** Valor provisionado de 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.

**Percentual:** Dados do CAGED.

**Valor:** Base de Cálculo x Percentual.

**Exemplo:**  $(- 233,11) \times 1,62\% = (- 3,78)$ .

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
Categoria	Submódulo 3.1	Submódulo 3.2	Submódulo 3.3	Total
Servente	116,14	130,82	-3,78	243,18
Servente de Fachada	158,70	181,33	-5,82	334,22
Encarregado	193,09	222,45	-7,55	407,99
Encarregado de Fachada	193,09	222,45	-7,55	407,99

\* Total da provisão para rescisão.

**MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

Para o presente exercício foram atualizados os dados resultantes do estudo desenvolvido pela Fundação Instituto de Administração (FIA) em 2014/2015, adotando-se a métrica estabelecida por aquela instituição, com dados atualizados da Relação Anual de Informações Sociais-2016 (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-2016 (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE)-2016 e dados estatísticos sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizados pelo INSS/MPS em 2014, em virtude da inexistência de base similar para 2016.

Memória de Cálculo				
Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal Da Ausência	44horas semanais	
			Proporção dias afetados	Dias de reposição
Férias	1,0000	30	69,86%	<b>20,9589</b>
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	<b>1,0000</b>
Acidente trabalho	0,0922	15	69,86%	<b>0,9659</b>
Afastamento por doença	1,0000	5	69,86%	<b>3,4932</b>
Consulta médica filho	0,1344	2	100,00%	<b>0,2688</b>
Óbitos na família	0,0305	2	69,86%	<b>0,0427</b>
Casamento	0,0118	3	100,00%	<b>0,0355</b>
Doação de sangue	0,0200	1	100,00%	<b>0,0200</b>
Testemunho	0,0040	1	100,00%	<b>0,0040</b>
Paternidade	0,0143	20	69,86%	<b>0,1997</b>
Maternidade	0,0197	180	69,86%	<b>2,4753</b>
Consulta pré-natal	0,0016	6	100,00%	<b>0,0098</b>

O Custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago a um empregado repositor, sempre que o empregado residente estiver ausente.

**1º** Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias:

**Categoria:** Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.

**Incidência:** probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.

**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.

**Proporção de dias afetados:** Considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2019 a previsão é de 255 dias úteis. Portanto: **255/365 = 69,86%**

**Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.

**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

**Exemplo (acidente de trabalho):** **(0,0922 x 15) x 69,86% = 0,9659.**

**BASE LEGAL PARA OS AFASTAMENTOS PREVISTOS**

**Férias:** Art. 129 da CLT

*“Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)”*

**Ausência justificada:** considera-se até 1 dia por ano, conforme estudo FIA 2014/15.

**Ausência Legal:** Art. 473 da CLT:

*“I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;*

*II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;*

*(...)*

*IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;*

*(...)*

*VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.*

*X - até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;*

*XI - por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.”*

**Acidente de Trabalho:** § 2º do art. 43 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

*“Art. 43 (...)*

*§ 2º Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário. ”*

**Afastamento Paternidade:** inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

*“Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:*

*II - por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016).”*

**Afastamento Maternidade:** inciso I do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008

*“Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:*

*I - por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal;”*

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

<b>ESTIMATIVA DA NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL</b>	
<b>Composição</b>	<b>44 SEM</b>
Férias	20,9589
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	0,9659
Afastamento por doença	3,4932
Consulta médica filho	0,2688
Óbitos na família	0,0427
Casamento	0,0355
Doação de sangue	0,0200
Testemunho	0,0040
Paternidade	0,1997
Maternidade	2,4753
Consulta pré-natal	0,0098
<b>Total Para reposição</b>	<b>29,4737</b>

<b>CUSTO DIÁRIO PARA O REPOSITOR</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Divisor do dia</b>	<b>Custo diário</b>
Servente	3.230,90	30	<b>107,70</b>
Servente de Fachada	4.368,97	30	<b>145,63</b>
Encarregado	5.282,72	30	<b>176,09</b>
Encarregado de Fachada	5.282,72	30	<b>176,09</b>

**2º** - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

**Divisor do dia:** Por se tratar de jornadas de trabalho nas quais recebem por mês, aplica-se o divisor de dia apresentado no art. 64 da CLT:

*“Art. 64 - O salário-hora normal, no caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal correspondente à duração do trabalho, a que se refere o art. 58, por 30 (trinta) vezes o número de horas dessa duração. ”*

**Custo diário:** Base de cálculo ÷ Divisor do dia.

**Exemplo:** 3.230,90 ÷ 30 = 107,70.

<b>MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>				
<b>Categoria</b>	<b>Custo diário</b>	<b>Necessidade de Reposição</b>	<b>Custo anual</b>	<b>Custo mensal</b>
Servente	107,70	29,4737	3.174,22	<b>264,52</b>
Servente de Fachada	145,63	29,4737	4.292,32	<b>357,69</b>
Encarregado	176,09	29,4737	5.190,05	<b>432,50</b>
Encarregado de Fachada	176,09	29,4737	5.190,05	<b>432,50</b>

3º Calcula-se o custo de reposição do profissional ausente nas ausências legais:

**Custo diário:** valor do empregado por dia.

**Necessidade de reposição:** total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.

**Custo anual:** **Custo diário x Necessidade de Reposição** → **107,70 x 29,4737 = 3.174,22.**

**Custo mensal:** **Custo anual ÷ 12 meses**

**Exemplo:** **3.174,22 ÷ 12 meses = 264,52.**

## MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA

**Composição dos insumos de mão de obra:**

- Submódulo 5.1 – Insumos dos Uniformes
- Submódulo 5.2 – Insumos de Materiais

### SUBMÓDULO 5.1 – INSUMOS DOS UNIFORMES

SUBMÓDULO 5.1 - INSUMOS DOS UNIFORMES			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente	3.495,42	1,45%	<b>50,68</b>
Servente de Fachada	4.726,66	1,27%	<b>60,03</b>
Encarregado	5.715,22	1,23%	<b>70,30</b>
Encarregado de Fachada	5.715,22	1,15%	<b>65,73</b>

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4.

**Percentual:** Mantido o percentual utilizado nos cadernos técnicos do ano de 2017.

- Servente – **1,45%**
- Servente de Fachada – **1,27%**
- Encarregado – **1,23%**
- Encarregado de Fachada – **1,15%**

**Valor:** Base de cálculo x Percentual.

**Exemplo:** **3.495,42 x 1,45% = 50,68.**

### SUBMÓDULO 5.2 – INSUMOS DE MATERIAIS

SUBMÓDULO 5.2 – INSUMOS DE MATERIAIS				
Categoria	Base de cálculo	Custo Mensal	COFINS	Valor
Servente	3.546,10	425,53	39,36	<b>386,17</b>
Servente de Fachada	4.786,69	574,40	53,13	<b>521,27</b>

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

**Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.**

**Insumos:** Base de Cálculo x percentual de **12%** em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de Servente → **3.546,10 x 12% = 425,53.**

**COFINS:** Corresponde ao percentual de **9,25%** incidente no custo dos insumos → **9,25% x 425,53 = 39,36.**

**\*Obs:** Retira-se o valor correspondente ao COFINS (**9,25%**) nessa etapa da planilha, visto que será tributado no módulo CITL, evitando assim bitributação.

**Valor:** Insumos - COFINS

**Exemplo:** **425,53 – 39,36 = 386,17.**

MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA			
Categoria	Submódulo 5.1	Submódulo 5.2	Total
Servente	50,68	386,17	436,85
Servente de Fachada	60,03	521,27	581,30
Encarregado	70,30		70,30
Encarregado de Fachada	65,73		65,73

\* Somatório dos Submódulos 5.1 e 5.2.

## MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço, é necessário acrescentar ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro. O percentual referente ao CITL utilizados tem por base a metodologia adotada pela FIA em estudos desenvolvidos em 2014/2015

Os índices utilizados pela FIA para o cálculo do CITL tem origem nos estudos elaborados pelo Governo do Estado de SP, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal sem, contudo, serem limitadores. Os valores obtidos por esses estudos são:

- **Custos Indiretos (CI): 3,00%**
- **Tributos (T): 14,25%**
  - PIS: 1,65%
  - COFINS: 7,60%
  - ISS: 5%
- **Lucro antes do Imposto de Renda (L): 6,79%**

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Total
Servente	3.932,27	30,45%	1.197,21
Servente de Fachada	5.307,96	30,45%	1.616,05
Encarregado	5.785,52	30,45%	1.761,45
Encarregado de Fachada	5.780,95	30,45%	1.760,06

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

**Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.**

**Percentual do CITL:** obtido através da fórmula adotada pela FIA:

$$CITL = \frac{1 + CI}{1 - T - L} - 1 = \frac{1 + (3,00\%)}{1 - (14,25\%) - (6,79\%)} - 1 = \mathbf{30,45\%}$$

**Valor:** Custo Total x % CITL

**Exemplo:** 3.932,27 x 30,45% = 1.197,21.

## VALOR POR TRABALHADOR

VALOR TOTAL POR TRABALHADOR				
Módulo	Servente	Servente de Fachada	Encarregado	Encarregado de Fachada
Remuneração	1.198,87	1.847,82	2.397,73	2.397,73
Encargos e Benefícios	1.788,85	2.186,93	2.477,00	2.477,00
Rescisão	243,18	334,22	407,99	407,99
Reposição do Profissional Ausente	264,52	357,69	432,50	432,50
Insumos Diversos	436,85	581,30	70,30	65,73
Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.197,21	1.616,05	1.761,45	1.760,06
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>5.129,48</b>	<b>6.924,01</b>	<b>7.546,97</b>	<b>7.541,01</b>



## COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

**ÁREA INTERNA** - Fórmulas exemplificativas de cálculo para área interna - alíneas “a” e “b” do item 3.1 do anexo VI-B; para as demais alíneas, deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada.

ÁREA INTERNA				
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(C) SUBTOTAL (R\$/M²)
800 M²	Encarregado	4,16667E-05	7.546,97	0,31
	Servente	0,00125	5.129,48	6,41
TOTAL				6,73
1200 M²	Encarregado	2,77778E-05	7.546,97	0,21
	Servente	0,000833333	5.129,48	4,27
TOTAL				4,48

➤ Para apresentação dos cálculos, utilizou-se abaixo a referência de **800 m²**.

**(1) Produtividade (1/M²):**

Encarregado:  $\frac{1}{30^{**} \times 800^{*}}$

Servente:  $\frac{1}{800^{*}}$

**(2) Preço Homem-Mês (R\$):**

Encarregado: **7.546,97**

Servente: **5.129,48**

**(3) Subtotal (R\$/M²):**

Produtividade x Preço Homem-mês  
Exemplo: **4,16666 x 7.546,97 = 0,31.**

**(4) TOTAL**

Somatório do Subtotal.  
Exemplo: **0,31 + 6,41 = 6,73.**

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

**ÁREA EXTERNA** - Fórmulas exemplificativas de cálculo para área externa - alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item 3.2 do anexo VI-B; para as demais alíneas, deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada.

ÁREA EXTERNA				
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(C) SUBTOTAL (R\$/M²)
1800 M²	Encarregado	1,85185E-05	7.546,97	0,14
	Servente	0,000555556	5.129,48	2,85
TOTAL				2,99
2700 M²	Encarregado	1,23457E-05	7.546,97	0,09
	Servente	0,00037037	5.129,48	1,90
TOTAL				1,99

➤ Para apresentação dos cálculos, utilizou-se abaixo a referência de **1.800 m²**.

## (1) Produtividade (1/M²):

$$\text{Encarregado: } \frac{1}{30 \times 1800}$$

$$\text{Servente: } \frac{1}{1800}$$

## (2) Preço Homem-Mês (R\$):

Encarregado: **7.546,97**

Servente: **5.129,48**

## (3) Subtotal (R\$/M²):

Produtividade x Preço Homem-mês

Exemplo: **1,851851 x 7.546,97 = 0,14.**

## (4) TOTAL

Somatório do Subtotal.

Exemplo: **0,14 + 2,85 = 2,99.**

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

**ESQUADRIA EXTERNA** - Fórmulas exemplificativas de cálculo para área externa - alíneas “b” e “c” do item 3.3 do anexo VI-B; para as demais alíneas, deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada.

ESQUADRIA EXTERNA							
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(C) JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	(D) (AxBxC)	(E) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(F) SUBTOTAL (R\$/M²)
300 M²	Encarregado	0,000111111	16	0,005297733	9,4E-06	7.546,97	0,07
	Servente	0,003333333	16	0,005297733	0,00028	5.129,48	1,45
TOTAL							1,52
380 M²	Encarregado	8,77193E-05	16	0,005297733	7,4E-06	7.546,97	0,06
	Servente	0,002631579	16	0,005297733	0,00022	5.129,48	1,14
TOTAL							1,20

➤ Para apresentação dos cálculos, utilizou-se abaixo a referência de **300 m²**.

## (1) Produtividade (1/M²):

$$\text{Encarregado: } \frac{1}{30^{**} \times 300^{*}}$$

$$\text{Servente: } \frac{1}{300^{*}}$$

## (2) Frequência no mês (Horas):

16 horas\*\*\*

## (3) Jornada de trabalho no mês (Horas):

$$\frac{1}{188,76} = 0,005298$$

Número de dias de trabalho por ano: **365 dias por ano.**

Número de meses no ano: **12 meses**

Número de dia por mês: **30 dias**

Número de dias na semana: **7 dias**

Número de semanas no mês: **30 ÷ 7 = 4,29 semanas**

Números de horas semanais – jornada: **44 horas semanais**

Número de hora no mês **4,29 x 44 = 188,76**

## (4) Proporção de Horas Trabalhadas e Produtividade:

Produtividade x Frequência o mês x Jornada de Trabalho

Exemplo: **0,00011 x 16 x 0,005298 = 9,41819**

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
 SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

**(5) Preço Homem-Mês (R\$):**

Encarregado: **7.546,97**

Servente: **5.129,48**

**(6) Subtotal (R\$/M²):**

Proporção de horas e Produtividade x Preço Homem-mês

Exemplo: **9,41819 x 7.546,97 = 0,07**

**(7) TOTAL**

Somatório do Subtotal.

Exemplo: **0,07 + 1,45 = 1,52.**

**FACHADA ENVIDRAÇADA** - Fórmulas de cálculo para área externa - item 3.4 do anexo VI-B.

FACHADA ENVIDRAÇADA							
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(C) JORNADA DE TRABALHO NO SEMESTRE (HORAS)	(D) (AxBxC)	(E) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(F) SUBTOTAL (R\$/M²)
<b>130 M²</b>	Encarregado	0,001923077	8	0,000882924	1,4E-05	7.541,01	0,10
	Servente	0,007692308	8	0,000882924	5,4E-05	6.924,01	0,38
<b>TOTAL</b>							<b>0,48</b>
<b>160 M²</b>	Encarregado	0,0015625	8	0,000882924	1,1E-05	7.541,01	0,08
	Servente	0,00625	8	0,000882924	4,4E-05	6.924,01	0,31
<b>TOTAL</b>							<b>0,39</b>

➤ Para apresentação dos cálculos, utilizou-se abaixo a referência de **130 m²**.

**(1) Produtividade (1/M²):**

Encarregado:  $\frac{1}{4^{**} \times 130^{*}}$

Servente:  $\frac{1}{130^{*}}$

**(2) Frequência no mês (Horas):**

**8 horas\*\*\***

**(3) Jornada de trabalho no semestre (Horas):**

$\frac{1}{1.132,6} = 0,000883$

Número de dias de trabalho por ano: **365 dias por ano.**

Número de meses no ano: **12 meses**

Número de dia por mês: **30 dias**

Número de dias na semana: **7 dias**

Número de semanas no mês:  $30 \div 7 = 4,29$  **semanas**

Números de horas semanais – jornada: **44 horas semanais**

Número de hora no mês  $4,29 \times 44 = 188,76$

Número de horas no semestre:  $6 \times 188,76 = 1.132,56 \approx 1.132,6$

**(4) Proporção de Horas Trabalhadas e Produtividade:**

Produtividade x Frequência o mês x Jornada de Trabalho

Exemplo:  $0,001923077 \times 8 \times 0,000883 = 0,000014$

**(5) Preço Homem-Mês (R\$):**

Encarregado: **7.541,01**

Servente: **6.924,01**

**(6) Subtotal (R\$/M²):**

Proporção de horas e Produtividade x Preço Homem-mês

Exemplo:  $0,000014 \times 7.541,01 = 0,10$ .

**(7) TOTAL**

Somatório do Subtotal.

Exemplo:  $0,10 + 0,38 = 0,48$ .

\* Caso as produtividades mínimas adotadas sejam diferentes, estes valores das planilhas, bem como os coeficientes deles decorrentes (Ki e Ke), deverão ser adequados à nova situação.

\*\* Caso a relação entre serventes e encarregados seja diferente, os valores das planilhas, bem como os coeficientes deles decorrentes (Ki e Ke), deverão ser adequados à nova situação.

\*\*\* Frequência sugerida em horas por mês. Caso a frequência adotada, em horas, por mês ou semestre, seja diferente, os valores, bem como os coeficientes deles decorrentes (Ki e Ke), deverão ser adequados à nova situação.

## CENÁRIO MÍNIMO

**Segue análise das alterações feitas do cenário Máximo para o cenário de Atenção nos serviços de limpeza e conservação**

Parâmetro	Alteração	Cenário Máximo	Cenário de Atenção
Salário Base	Não	100%	100%
13º salário	Não	100%	100%
Férias	Não	100%	100%
Adicional de Férias	Não	100%	100%
<b>Guia da Previdência Social - GPS</b>	<b>Sim</b>	<b>28,80%</b>	<b>27,30%</b>
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	Não	100%	100%
Benefícios Mensais e Diários	Não	100%	100%
<b>Aviso Prévio Trabalhado</b>	<b>Sim</b>	<b>50%</b>	<b>75%</b>
<b>Aviso Prévio Indenizado</b>	<b>Sim</b>	<b>50%</b>	<b>25%</b>
Demissão por Justa Causa	Não	100%	100%
<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Não</b>	<b>100%</b>	<b>90,54%</b>
<b>Insumos dos Uniformes</b>	<b>Sim</b>	<b>100%</b>	<b>50%</b>
<b>Insumos de Materiais</b>	<b>Sim</b>	<b>100%</b>	<b>50%</b>
<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Sim</b>	<b>30,45%</b>	<b>16,04%</b>

## MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

SALÁRIO BASE	
Servente	<b>1.198,87</b>
Servente de Fachada	<b>1.421,40</b>
Encarregado	<b>2.397,73</b>
Encarregado de Fachada	<b>2.397,73</b>

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente de Fachada	1.421,40	30%	<b>426,42</b>

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO			
Categoria	Salário Base	Gratificação de Função	TOTAL
Servente	1.198,87		<b>1.198,87</b>
Servente de Fachada	1.421,40	426,42	<b>1.847,82</b>
Encarregado	2.397,73		<b>2.397,73</b>
Encarregado de Fachada	2.397,73		<b>2.397,73</b>

## MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)

### SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS

13º SALÁRIO			
Categoria	Base de Cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	1.198,87	8,33%	<b>99,91</b>
Servente de Fachada	1.847,82	8,33%	<b>153,99</b>
Encarregado	2.397,73	8,33%	<b>199,81</b>
Encarregado de Fachada	2.397,73	8,33%	<b>199,81</b>

FÉRIAS			
Categoria	Base de Cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	1.198,87	8,33%	<b>99,91</b>
Servente de Fachada	1.847,82	8,33%	<b>153,99</b>
Encarregado	2.397,73	8,33%	<b>199,81</b>
Encarregado de Fachada	2.397,73	8,33%	<b>199,81</b>

ADICIONAL DE FÉRIAS				
Categoria	Base de Cálculo	Alíquota do Adicional	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	1.198,87	33,33%	8,33%	<b>33,30</b>
Servente de Fachada	1.847,82	33,33%	8,33%	<b>51,33</b>
Encarregado	2.397,73	33,33%	8,33%	<b>66,60</b>
Encarregado de Fachada	2.397,73	33,33%	8,33%	<b>66,60</b>

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS				
Categoria	13º Salário	Férias	Adicional de Férias	Total
Servente	99,91	99,91	33,30	233,11
Servente de Fachada	153,99	153,99	51,33	359,30
Encarregado	199,81	199,81	66,60	466,23
Encarregado de Fachada	199,81	199,81	66,60	466,23

## SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

COMPOSIÇÃO DO GPS E FGTS	
Encargos	Percentual
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT- GIL/RAT	1,50%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
<b>TOTAL</b>	<b>35,30%</b>

GPS - GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Servente	1.431,98	27,30%	390,93
Servente de Fachada	2.207,12	27,30%	602,54
Encarregado	2.863,96	27,30%	781,86
Encarregado de Fachada	2.863,96	27,30%	781,86

FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO			
Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Servente	1.431,98	8,00%	114,56
Servente de Fachada	2.207,12	8,00%	176,57
Encarregado	2.863,96	8,00%	229,12
Encarregado de Fachada	2.863,96	8,00%	229,12



# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS			
Categoria	GPS	FGTS	Total
Servente	390,93	114,56	<b>505,49</b>
Servente de Fachada	602,54	176,57	<b>779,11</b>
Encarregado	781,86	229,12	<b>1.010,98</b>
Encarregado de Fachada	781,86	229,12	<b>1.010,98</b>

## SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS

### VALE TRANSPORTE

CUSTO DA PASSAGEM				
Categoria	Vr. Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total
Servente	5,00	2	22	<b>220,00</b>
Servente de Fachada	5,00	2	22	<b>220,00</b>
Encarregado	5,00	2	22	<b>220,00</b>
Encarregado de Fachada	5,00	2	22	<b>220,00</b>

DESCONTO DO VALE TRANSPORTE			
Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Desconto
Servente	1.198,87	6%	<b>71,93</b>
Servente de Fachada	1.421,40	6%	<b>85,28</b>
Encarregado	2.397,73	6%	<b>143,86</b>
Encarregado de Fachada	2.397,73	6%	<b>143,86</b>

CUSTO EFETIVO DO VALE TRANSPORTE			
Categoria	Custo total	Desconto	Custo efetivo
Servente	220,00	71,93	<b>148,07</b>
Servente de Fachada	220,00	85,28	<b>134,72</b>
Encarregado	220,00	143,86	<b>76,14</b>
Encarregado de Fachada	220,00	143,86	<b>76,14</b>

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

## VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO

VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Categoria	Valor diário	Dias efetivamente trabalhados	Valor
Servente	33,00	22	726,00
Servente de Fachada	33,00	22	726,00
Encarregado	33,00	22	726,00
Encarregado de Fachada	33,00	22	726,00

DESCONTO DO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Categoria	Valor desconto	Dias efetivamente trabalhados	Desconto
Servente	0,30	22	6,60
Servente de Fachada	0,30	22	6,60
Encarregado	0,30	22	6,60
Encarregado de Fachada	0,30	22	6,60

CUSTO EFETIVO DO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Categoria	Custo total	Desconto	Custo efetivo
Servente	726,00	6,60	719,40
Servente de Fachada	726,00	6,60	719,40
Encarregado	726,00	6,60	719,40
Encarregado de Fachada	726,00	6,60	719,40

## PLANO AMBULATORIAL E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

PLANO AMBULATORIAL E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA			
Categoria	Plano Ambulatorial	Assistência Odontológica	TOTAL
Servente	149,00	10,30	159,30
Servente de Fachada	149,00	10,30	159,30
Encarregado	149,00	10,30	159,30
Encarregado de Fachada	149,00	10,30	159,30

**ASSISTÊNCIA FUNERAL**

<b>ASSISTÊNCIA FUNERAL</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Valor</b>
Servente	<b>2,00</b>
Servente de Fachada	<b>2,00</b>
Encarregado	<b>2,00</b>
Encarregado de Fachada	<b>2,00</b>

<b>SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS</b>					
<b>Categoria</b>	<b>Vale Transporte</b>	<b>Vale Refeição</b>	<b>Saúde e Odontológico</b>	<b>Assistência Funeral</b>	<b>Total</b>
Servente	148,07	719,40	159,30	2,00	<b>1.028,77</b>
Servente de Fachada	134,72	719,40	159,30	2,00	<b>1.015,42</b>
Encarregado	76,14	719,40	159,30	2,00	<b>956,84</b>
Encarregado de Fachada	76,14	719,40	159,30	2,00	<b>956,84</b>

<b>MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS)</b>				
<b>Categoria</b>	<b>Submódulo 2.1</b>	<b>Submódulo 2.2</b>	<b>Submódulo 2.3</b>	<b>Total</b>
Servente	233,11	505,49	1.028,77	<b>1.767,37</b>
Servente de Fachada	359,30	779,11	1.015,42	<b>2.153,83</b>
Encarregado	466,23	1.010,98	956,84	<b>2.434,04</b>
Encarregado de Fachada	466,23	1.010,98	956,84	<b>2.434,04</b>

**MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO**

<b>PERCENTUAIS POR TIPO DE DESLIGAMENTO</b>	
<b>Tipos</b>	<b>Percentual</b>
Demissão - SEM justa Causa	85,43%
SEM justa Causa - AP INDENIZADO	21,36%
SEM justa Causa - AP TRABALHADO	64,07%
Demissão - COM justa Causa	1,62%
Desligamentos - OUTROS TIPOS	12,95%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

## SUBMÓDULO 3.1 – AVISO PRÉVIO INDENIZADO

AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	2.575,31	12	214,61
Servente de Fachada	3.399,10	12	283,26
Encarregado	4.049,91	12	337,49
Encarregado de Fachada	4.049,91	12	337,49

MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual da Multa	Valor
Servente	114,56	50%	57,28
Servente de Fachada	176,57	50%	88,28
Encarregado	229,12	50%	114,56
Encarregado de Fachada	229,12	50%	114,56

SUBMÓDULO 3.1 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente	271,89	21,36%	58,07
Servente de Fachada	371,54	21,36%	79,35
Encarregado	452,05	21,36%	96,55
Encarregado de Fachada	452,05	21,36%	96,55

## SUBMÓDULO 3.2 – AVISO PRÉVIO TRABALHADO

AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Servente	2.966,24	12	247,19
Servente de Fachada	4.001,65	12	333,47
Encarregado	4.831,77	12	402,65
Encarregado de Fachada	4.831,77	12	402,65

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual da Multa	Valor
Servente	114,56	50%	57,28
Servente de Fachada	176,57	50%	88,28
Encarregado	229,12	50%	114,56
Encarregado de Fachada	229,12	50%	114,56

SUBMÓDULO 3.2 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente	304,47	64,07%	195,08
Servente de Fachada	421,76	64,07%	270,23
Encarregado	517,21	64,07%	331,39
Encarregado de Fachada	517,21	64,07%	331,39

## SUBMÓDULO 3.3 – DEMISSÕES POR JUSTA CAUSA

BASE DE CÁLCULO PARA DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA				
Categoria	Valor provisionado do 13º Salário	Valor provisionado das Férias	Valor provisionado do Adicional de Férias	Valor
Servente	-99,91	-99,91	-33,30	-233,11
Servente de Fachada	-153,99	-153,99	-51,33	-359,30
Encarregado	-199,81	-199,81	-66,60	-466,23
Encarregado de Fachada	-199,81	-199,81	-66,60	-466,23

SUBMÓDULO 3.3 - CUSTO DA DEMISSÃO COM JUSTA CAUSA			
Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Servente	-233,11	1,62%	-3,78
Servente de Fachada	-359,30	1,62%	-5,82
Encarregado	-466,23	1,62%	-7,55
Encarregado de Fachada	-466,23	1,62%	-7,55

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
Categoria	Submódulo 3.1	Submódulo 3.2	Submódulo 3.3	Total
Servente	58,07	195,08	-3,78	249,37
Servente de Fachada	79,35	270,23	-5,82	343,76
Encarregado	96,55	331,39	-7,55	420,38
Encarregado de Fachada	96,55	331,39	-7,55	420,38

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
 SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

**MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção dias afetados	Dias de reposição
Férias	1,0000	30	69,86%	<b>20,9589</b>
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	<b>1,0000</b>
Acidente trabalho	0,0922	15	69,86%	<b>0,9659</b>
Afastamento por doença	1,0000	5	69,86%	<b>3,4932</b>
Consulta médica filho	0,1344	2	100,00%	<b>0,2688</b>
Óbitos na família	0,0000	2	69,86%	<b>0,0000</b>
Casamento	0,0000	3	100,00%	<b>0,0000</b>
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	<b>0,0000</b>
Testemunho	0,0000	1	100,00%	<b>0,0000</b>
Paternidade	0,0000	20	69,86%	<b>0,0000</b>
Maternidade	0,0000	180	69,86%	<b>0,0000</b>
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	<b>0,0000</b>

ESTIMATIVA DA NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL	
Composição	44 SEM
Férias	20,9589
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	0,9659
Afastamento por doença	3,4932
Consulta médica filho	0,2688
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000
<b>Total Para reposição</b>	<b>26,6867</b>

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

CUSTO DIÁRIO PARA O REPOSITOR			
Categoria	Base de cálculo	Divisor do dia	Custo diário
Servente	3.215,61	30	<b>107,19</b>
Servente de Fachada	4.345,41	30	<b>144,85</b>
Encarregado	5.252,15	30	<b>175,07</b>
Encarregado de Fachada	5.252,15	30	<b>175,07</b>

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
Categoria	Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo mensal
Servente	107,19	26,6867	2.860,47	<b>238,37</b>
Servente de Fachada	144,85	26,6867	3.865,49	<b>322,12</b>
Encarregado	175,07	26,6867	4.672,09	<b>389,34</b>
Encarregado de Fachada	175,07	26,6867	4.672,09	<b>389,34</b>

## MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA

### SUBMÓDULO 5.1 - INSUMOS DOS UNIFORMES

SUBMÓDULO 5.1 - INSUMOS DOS UNIFORMES			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Servente	3.453,99	0,73%	<b>25,04</b>
Servente de Fachada	4.667,53	0,64%	<b>29,64</b>
Encarregado	5.641,49	0,62%	<b>34,70</b>
Encarregado de Fachada	5.641,49	0,58%	<b>32,44</b>

### SUBMÓDULO 5.2 - INSUMOS DE MATERIAIS

SUBMÓDULO 5.2 - INSUMOS DE MATERIAIS				
Categoria	Base de cálculo	Custo Mensal	COFINS	Valor
Servente	3.479,03	208,74	19,31	<b>189,43</b>
Servente de Fachada	4.697,17	281,83	26,07	<b>255,76</b>

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA			
Categoria	Submódulo 5.1	Submódulo 5.2	Total
Servente	25,04	189,43	214,47
Servente de Fachada	29,64	255,76	285,40
Encarregado	34,70		34,70
Encarregado de Fachada	32,44		32,44

## MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO – CITL

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Total
Servente	3.668,46	16,04%	588,46
Servente de Fachada	4.952,93	16,04%	794,50
Encarregado	5.676,18	16,04%	910,51
Encarregado de Fachada	5.673,93	16,04%	910,15

## CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO

VALOR TOTAL POR TRABALHADOR				
Módulo	Servente	Servente de Fachada	Encarregado	Encarregado de Fachada
Remuneração	1.198,87	1.847,82	2.397,73	2.397,73
Encargos e Benefícios	1.767,37	2.153,83	2.434,04	2.434,04
Rescisão	249,37	343,76	420,38	420,38
Reposição do Profissional Ausente	238,37	322,12	389,34	389,34
Insumos Diversos	214,47	285,40	34,70	32,44
Custos Indiretos, Tributos e Lucro	588,46	794,50	910,51	910,15
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>4.256,92</b>	<b>5.747,43</b>	<b>6.586,70</b>	<b>6.584,08</b>



**COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

ÁREA INTERNA				
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(C) SUBTOTAL (R\$/M²)
800 M²	Encarregado	4,16667E-05	6.586,70	0,27
	Servente	0,00125	4.256,92	5,32
TOTAL				5,60
1200 M²	Encarregado	2,77778E-05	6.586,70	0,18
	Servente	0,000833333	4.256,92	3,55
TOTAL				3,73

ÁREA EXTERNA				
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(C) SUBTOTAL (R\$/M²)
1800 M²	Encarregado	1,85185E-05	6.586,70	0,12
	Servente	0,000555556	4.256,92	2,36
TOTAL				2,49
2700 M²	Encarregado	1,23457E-05	6.586,70	0,08
	Servente	0,00037037	4.256,92	1,58
TOTAL				1,66

ESQUADRIA EXTERNA							
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(C) JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	(D) (AxBxC)	(E) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(F) SUBTOTAL (R\$/M²)
300 M²	Encarregado	0,000111111	16	0,005297733	9,4E-06	6.586,70	0,06
	Servente	0,003333333	16	0,005297733	0,00028	4.256,92	1,20
TOTAL							1,26
380 M²	Encarregado	8,77193E-05	16	0,005297733	7,4E-06	6.586,70	0,05
	Servente	0,002631579	16	0,005297733	0,00022	4.256,92	0,95
TOTAL							1,00

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

FACHADA ENVIDRAÇADA							
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(C) JORNADA DE TRABALHO NO SEMESTRE (HORAS)	(D) (AxBxC)	(E) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(F) SUBTOTAL (R\$/M²)
130 M²	Encarregado	0,001923077	8	0,000882924	1,4E-05	6.584,08	0,09
	Servente	0,007692308	8	0,000882924	5,4E-05	5.747,43	0,31
TOTAL							0,40
160 M²	Encarregado	0,0015625	8	0,000882924	1,1E-05	6.584,08	0,07
	Servente	0,00625	8	0,000882924	4,4E-05	5.747,43	0,25
TOTAL							0,33

**ANEXO - VALORES CONFORME INSTRUÇÃO  
NORMATIVA Nº 2, DE 30 DE ABRIL DE 2008**

Considerando que ainda existem contratos vigentes na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional regidos pela Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, revogada pela Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, este anexo apresenta os valores limites computados conforme produtividade prevista no Anexo III-F da IN nº 02, de 2008.

**VALOR LIMITE**

Valores limites Mínimos e Máximos para a Contratação de Serviços de Limpeza – (R\$) 08/05/2019							
ÁREA INTERNA  Produtividade 600 m²		ÁREA EXTERNA  Produtividade 1.200 m²		ESQUADRIA EXTERNA Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco  Produtividade 220 m²		FACHADA ENVIDRAÇADA e Face externa com exposição a situação de risco  Produtividade 110 m²	
Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
R\$ 7,46	R\$ 8,97	R\$ 3,73	R\$ 4,48	R\$ 1,72	R\$ 2,07	R\$ 0,47	R\$ 0,57

**MÁXIMO**

ÁREA INTERNA				
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(C) SUBTOTAL (R\$/M²)
600 M²	Encarregado	5,55556E-05	7.546,97	0,42
	Servente	0,001666667	5.129,48	8,55
<b>TOTAL</b>				<b>8,97</b>

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

ÁREA EXTERNA				
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(C) SUBTOTAL (R\$/M²)
1200 M²	Encarregado	2,77778E-05	7.546,97	0,21
	Servente	0,000833333	5.129,48	4,27
TOTAL				4,48

ESQUADRIA EXTERNA							
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(C) JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	(D) (AxBxC)	(E) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(F) SUBTOTAL (R\$/M²)
220 M²	Encarregado	0,000151515	16	0,00529773	1,3E-05	7.546,97	0,10
	Servente	0,004545455	16	0,00529773	0,00039	5.129,48	1,98
TOTAL							2,07

FACHADA ENVIDRAÇADA							
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(C) JORNADA DE TRABALHO NO SEMESTRE (HORAS)	(D) (AxBxC)	(E) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(F) SUBTOTAL (R\$/M²)
110 M²	Encarregado	0,002272727	8	0,00088292	1,6E-05	7.541,01	0,12
	Servente	0,009090909	8	0,00088292	6,4E-05	6.924,01	0,44
TOTAL							0,57

MÍNIMO

ÁREA INTERNA				
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(C) SUBTOTAL (R\$/M²)
600 M²	Encarregado	5,55556E-05	6.586,70	0,37
	Servente	0,001666667	4.256,92	7,09
TOTAL				7,46

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SEGES – Caderno Técnico – Limpeza – Distrito Federal

ÁREA EXTERNA				
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(C) SUBTOTAL (R\$/M²)
1200 M²	Encarregado	2,77778E-05	6.586,70	0,18
	Servente	0,000833333	4.256,92	3,55
TOTAL				3,73

ESQUADRIA EXTERNA							
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(C) JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	(D) (AxBxC)	(E) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(F) SUBTOTAL (R\$/M²)
220 M²	Encarregado	0,000151515	16	0,005297733	1,2843E-05	6.586,70	0,08
	Servente	0,004545455	16	0,005297733	0,00038529	4.256,92	1,64
TOTAL							1,72

FACHADA ENVIDRAÇADA							
METRAGEM	MÃO DE OBRA	(A) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(B) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(C) JORNADA DE TRABALHO NO SEMESTRE (HORAS)	(D) (AxBxC)	(E) PREÇO HOME M-MÊS (R\$)	(F) SUBTOTAL (R\$/M²)
110 M²	Encarregado	0,002272727	8	0,000882924	1,6053E-05	6.584,08	0,11
	Servente	0,009090909	8	0,000882924	6,4213E-05	5.747,43	0,37
TOTAL							0,47

## **Anexo II - Convenção Coletiva de Trabalho 2023.pdf**

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000037/2023  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/01/2023  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR068125/2022  
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.101026/2023-17  
DATA DO PROTOCOLO: 19/01/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). ANDRE GUSTAVO PEDROSA DE CARVALHO;

E

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza, Jardinagem, Manutenção Predial, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis e dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Jardinagem, Manutenção Predial, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis**, com abrangência territorial em DF.

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - ABRANGÊNCIA DA JARDINAGEM

Observada a deliberação no Inquérito Civil nº 000624.2022.10.000/5, perante o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, ficou acordado que os trabalhadores que prestam os serviços de jardinagem, poda de árvores e arbustos, em vias públicas, no âmbito dos contratos celebrados com a NOVACAP, serão abrangidos pela Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada com o SEAC/DF e SINDILURB/DF.

**Parágrafo Único** – Os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) deverão ser negociados com a participação do SEAC/DF.

#### CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao piso mínimo de **R\$ 1.515,92 (mil quinhentos e quinze reais e noventa e dois centavos)**. Os salários normativos da categoria por atividades específicas, já reajustados, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2023 são:

Adestrador	R\$ 2.812,54
Agente de Portaria/Fiscal de Piso/Operador de Sistemas Fechado de Câmeras	R\$ 1.651,99
Ajudante	R\$ 1.515,92
Ajudante de Caminhão	R\$ 1.515,92
Ajudante de Cozinha	R\$ 1.515,92
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$ 1.515,92
Alinhador/Balanceador de Autos	R\$ 1.961,97
Almoxarife	R\$ 2.238,10
Arquivista	R\$ 4.164,34
Arrumadeira	R\$ 1.515,92
Assistente Administrativo	R\$ 2.238,10
Atendente	R\$ 1.566,75
Auxiliar Administrativo	R\$ 1.566,75
Auxiliar Creche	R\$ 2.604,51
Auxiliar de Encarregado	R\$ 2.238,10
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 1.515,92
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.515,92
Bombeiro Hidráulico	R\$ 2.238,10
Borracheiro	R\$ 2.014,46
Cabineiro	R\$ 1.515,92
Camareiro	R\$ 1.515,92
Carpinteiro	R\$ 2.238,10
Carregador de Móveis	R\$ 1.515,92
Carregador/Estiva	R\$ 1.515,92
Chaveiro	R\$ 1.624,09
Chefe de Cozinha	R\$ 3.190,09
Copeira	R\$ 1.515,92
Costureira de livros	R\$ 1.515,92
Coumim	R\$ 1.566,75
Cozinheiro	R\$ 2.536,66
Eletricista	R\$ 2.238,10
Eletricista de Auto	R\$ 2.238,10
Encarregado de Jardinagem	R\$ 2.997,56
Encarregado de Limpeza	R\$ 2.997,56
Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos	R\$ 2.997,56



Encarregado Geral	R\$ 3.827,96
Enrolador de Motores	R\$ 1.961,97
Estofador	R\$ 1.549,08
Fiscal Predial	R\$ 2.737,87
Frentista	R\$ 1.515,92
Funileiro	R\$ 2.238,10
Garagista	R\$ 1.651,99
Garçom	R\$ 2.238,10
Jardineiro	R\$ 2.238,10
Jauzeiro	R\$ 1.797,31
Lanterneiro de Auto	R\$ 2.238,08
Lavador de Auto	R\$ 1.515,92
Lavanderia	R\$ 1.515,92
Lustrador de Móveis	R\$ 2.238,10
Maitre	R\$ 2.778,86
Manobrista	R\$ 1.939,73
Marceneiro	R\$ 2.238,10
Mecânico de Auto	R\$ 2.238,10
Mecânico de Veículo Pesado	R\$ 2.707,75
Mestre de Obras	R\$ 2.863,31
Montador de Divisórias	R\$ 1.753,46
Office Boy / Contínuo	R\$ 1.515,92
Operador de Balancim	R\$ 1.939,74
Operador de Bilheteria	R\$ 2.569,08
Operador de Fotocopiadora	R\$ 1.515,92
Operador de Microtrator	R\$ 1.715,91
Operador de Roçadeira Costal	R\$ 1.566,75
Operador de Trator	R\$ 1.939,74
Operador de Trator de Esteira	R\$ 2.312,66
Pedreiro	R\$ 2.238,10
Persianista	R\$ 2.238,10
Pintor	R\$ 2.238,10
Pintor de Auto	R\$ 2.312,66
Piscineiro	R\$ 1.515,92
Recepcionista	R\$ 2.238,10
Salgadeira	R\$ 1.624,09
Serralheiro	R\$ 2.238,10
Servente	R\$ 1.515,92
Supervisor	R\$ 2.997,58
Torneiro Mecânico	R\$ 2.436,04
Tratador de Animais	R\$ 2.812,57
Tratador de Equinos	R\$ 2.283,36
Vaqueiro	R\$ 2.137,85
Vidraceiro	R\$ 1.961,97

Zelador

R\$ 1.651,99

**Parágrafo Único** – A relação de funções constantes na presente cláusula, não é exaustiva, mas sim exemplificativa, podendo a composição da mesma ser alterada, modificada, reduzida ou ampliada, de acordo com as novas necessidades contratuais atuais e futuras.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL**

A todos os trabalhadores da categoria profissional ficam garantidos **os seguintes reajustes sobre os salários vigentes em dezembro de 2022: de 7,00%** (sete por cento) **até R\$ 2.380,00** (dois mil, trezentos e oitenta reais); **de 5,79%** (cinco vírgula setenta e nove por cento) sobre os salários **entre R\$ 2.380,01 até R\$ 4.000,00** (quatro mil reais); e **de 4,00% (quatro por cento)** sobre os salários iguais ou superiores a **R\$ 4.000,01** (quatro mil reais e um centavo).

**Parágrafo Único** – Os reajustes dos salários e auxílios que compõe este instrumento de trabalho deverão ser repassados aos trabalhadores até 06 de março de 2023.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS**

O pagamento do salário será feito até o 5º (quinto) dia útil, mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e o desconto de 6% (seis por cento) incidente sobre o salário (vale-transporte), inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

**Parágrafo Segundo** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, o pagamento do salário devido aos trabalhadores no ano de 2023, poderá ser realizado até o 5º (quinto) dia útil bancário.

**Parágrafo Terceiro** – Denunciado o descumprimento da CCT, os sindicatos atuarão conjuntamente, notificando o contratante sobre os ônus do descumprimento, sem prejuízo do ajuizamento da ação cabível e do registro de denúncias perante os órgãos de fiscalização.

### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SOBRE OS DIAS PARADOS**

Os Sindicatos convenientes se comprometem a envidar esforços junto aos tomadores dos serviços para evitar qualquer desconto nos salários dos trabalhadores, na hipótese de deflagração de eventual movimento grevista.

**Parágrafo Primeiro** – Caso seja possível a compensação de jornada, mediante anuência do tomador de serviço, as empresas não descontarão os dias parados.

**Parágrafo Segundo** – Os empregados não sofrerão penalidades pelas faltas decorrentes do movimento grevista, salvo quando a mesma for considerada abusiva ou descumpra a legislação vigente.

## **CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

**Parágrafo Único** – A inobservância do *caput* desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30% (trinta por cento), salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

## **CLÁUSULA NONA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE**

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Único** – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - ABONO DE FALTAS POR COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIAS JUDICIAIS**

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento à audiências judiciais, ainda que como testemunha, desde que apresente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a intimação para comparecimento e condicionada à comprovação do comparecimento em ata judicial.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

As empresas deverão efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, para todos os seus empregados em única parcela, até o dia 20 de dezembro de 2023.

#### **Adicional de Insalubridade**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INSALUBRIDADE EM BANHEIRO PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário-mínimo do trabalhador na função de Auxiliar de Serviços Gerais que exerça a função em banheiros públicos e de grande circulação.

**Parágrafo Primeiro** – Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e não sejam de propriedade particular, e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha 05 (cinco) ou mais vasos sanitários por banheiro.

**Parágrafo Segundo** – Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas regulamentadoras.

#### **Adicional de Periculosidade**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - PERICULOSIDADE**

Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

#### **Salário Família**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO FAMÍLIA**

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família, nos termos do art. 84 do Decreto MPAS no 3.048/99.

**Parágrafo Único** – As empresas efetuarão o pagamento de salário família na folha do mês subsequente à formalização do pedido, cuja validade está condicionada à apresentação pelo trabalhador da documentação exigida no e-social

#### **Auxílio Alimentação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

As empresas ficam obrigadas a pagar o Auxílio Alimentação no valor de **R\$ 40,50 (quarenta reais e cinquenta centavos)** sem nenhum ônus para o trabalhador. O valor diário deverá ser pago pelos dias efetivamente trabalhados, independentemente da carga horária diária. A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

**Parágrafo Primeiro** – Até 30/04/2023, o pagamento continuará em parcela única. A partir de 01/05/2023, o pagamento deste benefício se dará em duas parcelas, sendo a primeira no dia 1º (primeiro) de cada mês e a segunda parcela no 15º (décimo quinto) dia de cada mês.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento do auxílio-alimentação será efetuado exclusivamente por cartão alimentação. Sendo vedado o fornecimento de marmiteix, ou similar, ou cesta básica.

**Parágrafo Terceiro** – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale-alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte. O desconto não se aplica para as folgas compensadas que tenham sido concedidas por liberalidade do tomador.

**Parágrafo Quarto** – No ato da contratação e de forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de custo em pecúnia, sem que esse integre a remuneração e qualquer de seus reflexos, inclusive a não incidência previdenciária.

**Parágrafo Quinto** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, nos contratos de prestação de serviços da iniciativa privada, vedada a aplicação aos contratos da iniciativa pública, aos trabalhadores cuja jornada diária de trabalho seja inferior a 6h (seis horas), será devido auxílio-alimentação proporcionalmente às horas trabalhadas.

**Parágrafo Sexto** – Os Sindicatos convencionam que em 2024 regressarão o pagamento do benefício em parcela única.

### **Auxílio Transporte**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE-TRANSPORTE**

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência/trabalho e vice-versa, para satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto no 95.247/87, que regulamenta a Lei no 7.619/87 e as previstas na Lei no 7.418/85.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Ocorrendo falta do trabalhador no mês em curso, os ajustes serão realizados no mês subsequente, proporcionalmente à quantidade de vale-transporte concedido para o novo período.

**Parágrafo Segundo** – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale-transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de decretação de nova crise sanitária, as empresas poderão conceder o benefício do vale transporte em espécie e diretamente ao trabalhador, sem que descaracterize a natureza do benefício, em consonância com os precedentes do STF (RE 487.410, RE 476.994 e RE 590.335 AGR).

**Parágrafo Quarto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e resultando na sua falta ao serviço, não será considerada falta injustificada.

**Parágrafo Quinto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e caso o trabalhador pague a passagem para não faltar ao trabalho, o ressarcimento deverá ser efetuado diretamente na conta-salário do trabalhador, nunca em depósito na conta do vale-transporte.

### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PLANO AMBULATORIAL**

Fica estipulado que para todos os contratos será obrigatório, por parte das empresas, a cotação em suas planilhas de custo, o plano ambulatorial no valor de **R\$ 175,76 (cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos)**, unicamente por empregado envolvido e diretamente ativado na execução dos serviços, limitado ao quantitativo de profissionais contratados pelo tomador dos serviços. O referido valor será repassado pelas empresas mensalmente ao SINDISERVIÇOS/DF, visando à manutenção de um fundo administrado pelo sindicato profissional, visando prover a assistência médica dos empregados pertencentes à base de representação do sindicato, mediante assinatura de convenio saúde a ser firmado e administrado pelo Sindicato Laboral, a ser prestado na forma dos parágrafos seguintes.

**Parágrafo Primeiro** – O Sindicato Laboral firmará contrato com empresa de saúde de boa reputação no mercado. O benefício do plano ambulatorial previsto no **caput** não obriga o trabalhador a sua associação ao SINDISERVIÇOS/DF. Optando o empregado por participar do plano hospitalar administrado pelo SINDISERVIÇOS/DF, deverá ele contribuir com sua cota-parte, devendo habilitar-se junto ao SINDISERVIÇOS/DF para providências e ajustes.

**Parágrafo Segundo** – Para implantação do benefício, deverá a empresa encaminhar, em arquivo eletrônico até o dia 7 (sete) de cada mês, a relação dos empregados, acompanhada da documentação requerida pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo a implantação e ativação, ocorrer até o dia 1º (primeiro) do mês subsequente, devendo o pagamento ocorrer até o dia 20 (vinte) do mês da implantação.

**Parágrafo Terceiro** – Os sindicatos, profissional e da categoria econômica, ingressarão, em conjunto ou separadamente, com impugnação aos editais que não prevejam a cotação do plano ambulatorial, visando à implantação e manutenção da presente cláusula.

**Parágrafo Quarto** – A participação do empregado e de seus dependentes será conforme o que for preconizado no convênio citado no **caput** e normas da Agência Nacional de Saúde (ANS).

**Parágrafo Quinto** – O não cumprimento desta cláusula no caso de repasses ao Sindicato Laboral, obriga a empresa ao pagamento de uma multa de 1% (um por cento) sobre o valor devido, em benefício do Sindicato Laboral, salvo em caso de atraso de pagamento por parte do tomador de serviço, devidamente comprovado, hipótese em que não será devida a presente multa.

**Parágrafo Sexto** – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano ambulatorial, o valor previsto no **caput** é devido.

**Parágrafo Sétimo** – As empresas, através do SINDISERVIÇOS/DF, terão acesso a toda a documentação referente ao plano ambulatorial contratado pelo SINDISERVIÇOS/DF e oferecido aos empregados, bem como a destinação dos valores por ele recebidos a tal título. Este acesso se dará a qualquer tempo, exclusivamente mediante solicitação escrita firmada ao SINDISERVIÇOS/DF. Após o recebimento do requerimento, o SINDISERVIÇOS/DF deverá apresentar os documentos solicitados em até 72 (setenta e duas) horas.

**Parágrafo Oitavo** – Poderá ser formada a qualquer tempo, comissão intersindical com vistas a obter melhorias na concessão do plano ambulatorial oferecido aos empregados, inclusive quanto à redução do valor da mensalidade devida a tal título. Havendo alteração do valor, as partes assinarão termo aditivo com as modificações acordadas entre si.

**Parágrafo Nono** – Será de responsabilidade exclusiva do SINDISERVIÇOS/DF, a manutenção e pagamento do Plano Ambulatorial do trabalhador(a) afastado em benefício Previdenciário e Auxílio Maternidade, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias. A responsabilidade de custeio pelo Laboral, será considerada a partir da data de comunicação do fato gerador do seu afastamento, não retroagindo os períodos. Findo este prazo, o trabalhador custeará o próprio benefício respeitando o valor fixado na Convenção Coletiva. Para o efetivo cumprimento deste dispositivo, deverá a empresa encaminhar de imediato para o Sindicato Laboral, cópia do atestado médico, requerimento previdenciário ou atestado relativo à licença maternidade.

**Parágrafo Décimo** – Na hipótese do empregado que se encontra em benefício previdenciário, e sobrevivendo sua aposentadoria, esse será desligado do plano, a não ser que promova a opção de pagamento perante a operadora em plano individual, sem intermédio de sua antiga empregadora e/ou SINDISERVIÇOS/DF, conforme estabelecido pela ANS.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A empresa, ao repassar o valor a que se refere o **caput** da cláusula, encaminhará ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF a relação nominal dos empregados cujos valores estão sendo recolhidos, bem como dos profissionais mencionados no parágrafo anterior, que servirá para habilitá-lo junto ao plano ambulatorial.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Os empregados que atuam em funções administrativas, nas empresas de asseio e conservação e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico sediadas no Distrito Federal, poderão aderir ao plano ambulatorial contratado pelo SINDISERVIÇOS/DF, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A condição estabelecida no **parágrafo décimo segundo** não se estenderá automaticamente aos sócios das empresas, devendo qualquer pedido de inclusão, ser submetido à análise e aprovação pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Décimo Quarto** – Fica a critério do SINDISERVIÇOS/DF a destinação de parte dos recursos arrecadados com vistas à universalização do benefício, com o compromisso de prestação de contas mensal.

**Parágrafo Décimo Quinto** – Se ocorrer a retirada ou a não adesão, por qualquer motivo, da parcela relativa ao plano ambulatorial por ato unilateral do Tomador dos Serviços, a empresa comunicará o fato aos seus empregados do contrato e ao SINDISERVIÇOS/DF, devendo informar que a assistência médica somente continuará a ser prestada, caso o empregado decida assumir o compromisso, por escrito, de pagar a cota-parte, até então repassada pela empresa.

**Parágrafo Décimo Sexto** – Todo e qualquer valor destinado ao plano ambulatorial, deve ser repassado ao Sindicato Laboral, no prazo indicado no **parágrafo segundo**, sob pena de ser caracterizada apropriação indébita e a empresa responsável incorrerá em multa equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o valor devido.

**Parágrafo Décimo Sétimo** – Pelo não cumprimento dos termos pactuados nesta cláusula, as empresas que deixarem de aderir ao plano ambulatorial, contratando plano diferente do gerido pelo Sindicato Laboral, salvo a hipótese prevista no **parágrafo décimo quarto**, além de assumirem por conta e risco o tratamento ambulatorial do trabalhador, incorrerão na penalidade de **R\$ 175,76** (cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), por empregado, por mês, revertida ao Sindicato Laboral.

**Parágrafo Décimo Oitavo** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de **R\$ 11,92** (onze reais e noventa e dois centavos), por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.

**Parágrafo Primeiro** – O SINDISERVIÇOS/DF contratará operadora especializada em Plano Odontológico com capacidade e eficiência de atendimento a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva dentro do Distrito Federal.

**Parágrafo Segundo** – A empresa que não recolher ou repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover ação Judicial pertinente, observado o disposto na cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial, prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

**Parágrafo Quarto** – Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, o SINDISERVIÇOS/DF poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

**Parágrafo Quinto** – É de única e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral a escolha, contratação e administração, cabendo a este estabelecer os critérios e condições da prestação de serviços abrangidos pela Assistência Odontológica, bem como será de competência exclusiva do Sindicato Laboral, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários.

**Parágrafo Sexto** – Cessando ou não havendo repasse ao Sindicato Laboral, do valor convencionado para o auxílio odontológico, as assistências e/ou atendimentos serão suspensos de imediato, ficando o SINDISERVIÇOS/DF isento de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

**Parágrafo Sétimo** – Será contratada operadora especializada em plano odontológico, devidamente registrada na ANS.

**Parágrafo Oitavo** – Pelo não cumprimento dos termos pactuados nesta cláusula, as empresas que deixarem de aderir ao plano odontológico gerido pelo Sindicato Laboral, além de assumirem por conta e risco o tratamento dentário do trabalhador, incorrerão na penalidade da seguinte forma:

- a)** multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor de R\$ 11,92 (onze reais e noventa e dois centavos), até 60 (sessenta) dias de descumprimento;



**b)** multa no percentual de 100% (cem por cento) após 61 (sessenta e um) dias de descumprimento.

**Parágrafo Nono** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF.

### **Seguro de Vida**

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTÊNCIA FUNERAL**

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da **Assistência Funeral** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais) e **Seguro de Vida** no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com Seguradora, em benefício do empregado.

**Parágrafo Primeiro** – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de **R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos)** por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no **caput**, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

**Parágrafo Segundo** – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

**Parágrafo Terceiro** – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará, mensalmente, a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora, devendo o relatório detalhado ser enviado ao SEAC/DF para efetiva fiscalização da concessão do benefício estipulado na apólice.

**Parágrafo Quarto** – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

**Parágrafo Quinto** – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

**Parágrafo Sexto** – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

**Parágrafo Sétimo** – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

**Parágrafo Oitavo** – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

**Parágrafo Nono** – Os benefícios, seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

**Parágrafo Décimo** – O benefício assistencial funeral deverá ser incluído no valor prescrito no **caput**.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – O SEAC/DF se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu website, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao SINDSERVIÇOS/DF promover a mesma divulgação.

**Parágrafo Décimo Segundo** – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – As empresas que deixarem de aderir à apólice oferecida pelo SEAC/DF, assumirão por conta e risco a indenização junto aos beneficiários do trabalhador no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), independente de terem ou não apólice própria, haja vista que esta cláusula tem o princípio de estímulo ao associativismo e por ser um benefício ao trabalhador.

## **Outros Auxílios**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONSIGNAÇÕES**

Os Sindicatos convenientes se esforçarão no sentido de fazer convênios com farmácias, no intuito dos empregados poderem comprar remédios, e esses serem descontados de salário, com a devida autorização prévia.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONVÊNIOS**

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados sindicalizados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto nos recibos de pagamentos, esses valores serão, obrigatoriamente, descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

**Parágrafo Único** – A presente disposição se aplica a todos os benefícios administrados, contratados, operados ou interpostos pelo Sindicato Laboral, inclusive plano de saúde diferente do plano ambulatorial.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO INTERMITENTE**

Os sindicatos autorizam que as empresas contratem trabalhadores intermitentes, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas proporcionais, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

**Parágrafo Primeiro** – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.

**Parágrafo Segundo** – O trabalhador convocado, com brevidade inferior a 72 (setenta e duas), horas não poderá sofrer qualquer tipo de penalidade, em caso de recusa ou de não comparecimento.

**Parágrafo Terceiro** – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

**Parágrafo Quarto** – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

**Parágrafo Quinto** – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

**Parágrafo Novo** – Os contratos intermitentes deverão ser homologados pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Sexto** – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

**Parágrafo Sétimo** – Será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

**Parágrafo Oitavo** – O trabalhador fará jus ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO**

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de pelo menos 1 (um) ano.

### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** – O aviso prévio será fornecido por escrito em 3 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

**Parágrafo Segundo** – Durante o cumprimento do Aviso Prévio concedido pelo empregador, e em havendo comprovação de haver o prestador obtido novo emprego, ficará este dispensado do seu cumprimento nos termos da Súmula 276/TST, estendida esta condição ao trabalhador convocado para assumir cargo público, seja através de concurso público ou cargo comissionado, estando este dispensado e sem ônus do cumprimento do Aviso Prévio.

**Parágrafo Terceiro** – No caso do aviso prévio trabalhado dado pelo empregador ao empregado, o cumprimento do aviso se dará com a prestação de serviços pelo trabalhador no período previsto no art.

487, acrescidos dos 3 (três) dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, na forma da Lei nº 12.506/2011.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES**

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de 12 (doze) meses de empresa, deverão ser assistidas pelo SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Primeiro** – Para as associadas ao SEAC/DF que rescindirem o contrato de trabalhador com menos de 30 (trinta) meses de empresa, será dispensada a homologação presencial, desde que enviem ao SINDISERVIÇOS/DF, por meio digital, o TRCT, extrato do FGTS, GFIP e comprovantes de pagamento. Em caso de ressalva específica e discriminada, a empresa e o funcionário serão convocados para homologação presencial.

**Parágrafo Segundo** – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário – AAS, bem como carta de apresentação.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINDISERVIÇOS/DF fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) parte(s), com indicação obrigatória da finalidade do comparecimento (homologação) em referência ao trabalhador ou rol de trabalhadores, desde que devidamente demonstrada a ciência do empregado no aviso prévio, ou por qualquer meio eletrônico, ou escrito. No caso de notificação impressa, exigir-se-á a assinatura do colaborador.

**Parágrafo Quarto** – Todas as empresas são obrigadas a apresentar, no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF.

**Parágrafo Quinto** – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 60 (sessenta) dias; e a 1/30 (um trinta avos) do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 60 (sessenta) dias, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

**Parágrafo Sexto** – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINDISERVIÇOS/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

**Parágrafo Sétimo** - O Sindicato Laboral deverá ressaltar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo o SINDISERVIÇOS/DF fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

**Parágrafo Oitavo** – Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado ou não, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, sob pena de multa constante no parágrafo 8º do mesmo artigo.

**Parágrafo Nono** – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor, fica o SINDISERVIÇOS/DF obrigado a informar

oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

**Parágrafo Décimo** – As empresas deverão agendar as homologações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A comunicação, pelo empregador ao empregado, sobre a data do agendamento da homologação poderá ser por e-mail, WhatsApp, Telegram ou outro meio de comunicação equivalente, desde que comprovado o envio.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Em caso de falta do trabalhador, apresentados os documentos pela empresa ao Sindicato Laboral, inclusive por meio eletrônico, a homologação deixa de ser obrigatória.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS**

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias do contrato de trabalho, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do término do contrato, em dinheiro, depósito bancário ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro ou depósito bancário, a ser comprovado no ato da homologação, em conformidade com o art. 477, § 4º da CLT.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

Em caráter pedagógico, as multas por atraso no pagamento das verbas rescisórias obedecerão a gradação de acordo com a higidez do empregador, calculada da seguinte forma:

**I)** multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF, para a empresa que tenha atrasado em até 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento;

**II)** multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF para a empresa que tenha atrasado acima de 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento.

**Parágrafo Primeiro** – O SINDISERVIÇOS/DF se obriga a visitar a empresa que descumpra a obrigação do pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, e, em caso de erro, dará prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a empresa promover a correção, sem incidência de multa.

**Parágrafo Segundo** – O valor da multa acima fica limitado ao montante da obrigação principal constante nos TRCT's, ou seja, sobre as verbas rescisórias efetivamente devidas.

**Parágrafo Terceiro** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

## **Outros grupos específicos**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - QUITAÇÃO ANUAL**

É facultado às empresas promoverem, junto ao Sindicato Laboral, a quitação anual de obrigações trabalhistas, na forma prescrita em lei vigente e mediante apresentação de documentos solicitados pelo Sindicato Laboral.

**Parágrafo Primeiro** – Pelo serviço prestado, a empresa **NÃO** associada ao SEAC/DF pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por cada trabalhador.

**Parágrafo Segundo** – Pelo serviço prestado, a empresa associada ao SEAC/DF pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cada trabalhador.

**Parágrafo Terceiro** – O fornecimento pelo Sindicato Laboral do termo de quitação anual previsto no art.507-b da Lei 13.467, está condicionado à apresentação integral da documentação para análise, bem como ao fiel e integral cumprimento da convenção coletiva.

## **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO**

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

**Parágrafo Único** – A empresa que opte por transferir o trabalhador de uma empresa para outra do mesmo grupo econômico, sem que haja quitação rescisória, deverá a empresa sucessora, obrigatoriamente, promover a alteração do contrato de trabalho, regularizar os registros na CTPS, FGTS e Previdência Social (INSS), bem como assumir todos os encargos e direitos do trabalhador da empresa sucedida.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Qualificação/Formação Profissional**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL**

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

## **Normas Disciplinares**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO**

As empresas fornecerão cópias das penalidades aplicadas aos empregados para sua ciência, e também, encaminharão mensalmente cópia ao SINDISERVIÇOS/DF, que deverá ser efetivada até ao 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, sob pena de nulidade da penalidade aplicada.

## **Políticas de Manutenção do Emprego**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INCENTIVO À CONTINUIDADE**

Fica pactuado que às empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao Sindicato Laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

**Parágrafo Primeiro** – Na sucessão de contratos de prestação de serviços, no segmento privado, faculta-se às empresas realocarem, dentro das mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo, com posto efetivo (não se admite reservas e feristas), o empregado que possua mais de 5 (cinco) anos de efetivo vínculo empregatício, concedendo estabilidade de 180 (cento e oitenta) dias e condições dignas de trabalho, mediante comunicado ao trabalhador por escrito, vedada a aplicação aos contratos do setor público. Para a realocação do trabalhador com mais de 12 (doze) meses de associação ao SINDISERVIÇOS/DF, o trabalhador poderá manifestar oposição à realocação.

**Parágrafo Segundo** – Caso a empresa exerça a faculdade prevista no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula, deverá comunicar o Sindicato Laboral no prazo de 30 (trinta) dias o rol de empregados realocados e os respectivos postos de trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Para o fiel cumprimento das condições avençadas, o tomador de serviços só poderá realizar a devolução de funcionários que não estejam atendendo com satisfação as suas necessidades, até 30 (trinta) dias que anteceder a troca de empresas, sendo vedado a devolução do trabalhador no referido período até o início do novo contrato, devendo o tomador informar quais os trabalhadores que não irão permanecer no novo contrato.

**Parágrafo Quarto** – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará “sem justa causa” e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.

III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.

IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços e, desde que o empregado seja admitido pela empresa sucessora, fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 12º da Lei 13.932/19, obrigando-se, entretanto, a

pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado.

**V)** As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INCENTIVO À CONTINUIDADE DO EMPREGADO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Fica facultado ao empregado pessoa com deficiência (PCD) valer-se da garantia contida na **Cláusula Trigésima Segunda** ("Incentivo à Continuidade"), optando por ser contratado pela empresa sucessora, em detrimento da garantia prevista no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020.

**Parágrafo Primeiro** – As estabilidades, previstas na Cláusula Trigésima Segunda ("Incentivo à Continuidade") e no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, deverão ser observadas em sua integralidade pela empresa sucessora.

**Parágrafo Segundo** – Caso o trabalhador opte pela contratação pela empresa sucessora, a empresa sucedida estará isenta de qualquer responsabilidade em relação à estabilidade advinda do art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, bem como da nova relação contratual firmada entre empregado e empresa sucessora.

#### **Estabilidade Mãe**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE**

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, devendo, preferencialmente, a mesma ao término de sua licença, retornar ao seu posto de origem.

#### **Estabilidade Serviço Militar**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR**

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 (trinta) dias.

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO**



Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços, no sentido de conseguir junto aos tomadores de serviço, locais apropriados para as refeições dos trabalhadores e armários individuais para guarda de seus pertences.

**Parágrafo Único** – Em atenção à NR 24, mediante comunicação prévia pelos trabalhadores, ou pelo Sindicato Laboral, as empresas se comprometem a requerer do tomador a construção, ou reforma, de ambientes aptos à refeição e armazenamento, com qualidade sanitária digna da pessoa humana.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - VEDAÇÃO DE RONDA MOTORIZADA POR AGENTE DE PORTARIA / FISCAL DE PISO**

Fica expressamente proibida a realização de ronda motorizada (carro, moto, qualquer outro tipo de veículo motorizado ou bicicleta) por agentes de portaria e/ou fiscais de piso em condomínios residenciais, comerciais, empresas e órgãos públicos, por configurar como atividade de segurança privada, cuja atribuição é exclusiva do vigilante patrimonial, conforme Lei 7.102/1983 e Portaria 3.233/2013 DG/DPF.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO**

Excetuadas as espécies de trabalho intermitente, tempo parcial ou por revezamento “12x36”, a jornada de trabalho é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 30 (trinta) dias, desde que haja anuência do tomador de serviços.

**Parágrafo Segundo** – A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior.

**Parágrafo Terceiro** – As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os(as) trabalhadores(as) deverão ser realizados durante o expediente normal, e se estas ultrapassarem o horário normal de trabalho serão remuneradas como horas excedentes, como serviços extraordinários, por representarem tempo à disposição da empresa. O período será indenizado como horas excedentes apenas se estiverem consignadas nas folhas de ponto.

**Parágrafo Quarto** – A Jornada de Trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, inclusive porteiros diurnos e noturnos, vedado sua redução a título de proporcionalidade do salário da categoria.

## **Prorrogação/Redução de Jornada**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ALTERAÇÃO DA DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

Fica vedado às empresas alterar a duração da jornada de trabalho estabelecida, salvo quando acordado entre a empresa e o empregado, e sem que isso traga prejuízos ao trabalhador, conforme estabelecido pelo Artigo 468 da CLT.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS**

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, devendo ser assinalada na folha de ponto.

## **Intervalos para Descanso**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO**

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

**Parágrafo Único** – Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO**

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias, excluindo-se o trabalhador em jornada 12x36, fica garantido um intervalo de 1 (uma) hora para refeição.

**Parágrafo Primeiro** – É facultado ao empregado permanecer ou não no local de serviço para o gozo do intervalo sem que isso desnature a função desse.

**Parágrafo Segundo** – Tendo em vista a natureza continuada dos serviços nos locais de trabalhos onde são adotados os postos 12x36 horas, considerando o fato de que os trabalhadores em sua grande maioria efetuam as refeições em seu local de trabalho, além da impossibilidade de se compensar a hora não trabalhada pela

concessão do intervalo, acorda-se que o horário de refeição será de 1 (uma) hora, nos termos do inciso III do art. 611-A da CLT.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas concederão aos seus empregados 1 (um) intervalo de 10 (dez) minutos para lanche, sendo este período computado como tempo de serviço. O intervalo será concedido somente para o funcionário que trabalha 8 (oito) horas por dia ou mais, desde que haja concordância do Tomador do serviço, e não haja prejuízo na execução do serviço.

### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO**

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber:

- a)** cartão de ponto manual;
- b)** folha de frequência;
- c)** biometria;
- d)** controle de ponto por cartão magnético;
- e)** controle de ponto por meio de aplicativo de folha de pagamento disponível em aparelhos de telefonia móvel (celular), desde que seja mantida e respeitada a privacidade e a dignidade da pessoa humana;
- f)** Outros sistemas de ponto eletrônico alternativo permitido por lei.

**Parágrafo Único** – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2 da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desobrigando a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RELÓGIO VIGIA**

Fica proibido o uso do relógio vigia pelas empresas, independente da exigência do tomador de serviço.

### **Turnos Ininterruptos de Revezamento**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - JORNADA ESPECIAL**

As empresas poderão adotar a Jornada Especial 12x36, 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada Especial é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados, laborados nesta jornada especial, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 da CLT.

**Parágrafo Terceiro** – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre a hora trabalhada, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

**Parágrafo Quarto** – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

**Parágrafo Quinto** – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

**Parágrafo Sexto** – A remuneração mensal pactuada para a jornada 12x36 horas abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

**Parágrafo Sétimo** – Diante da natureza compensatória desta jornada, pela qual não há suspensão para concessão do intervalo de alimentação e repouso (o qual se inclui nas 12 horas que a nomeiam), considera-se já remunerado pelo salário mensal o período reservado ao intervalo, razão pela qual a indenização por eventual supressão desse se restringirá à incidência de 50% sobre o período suprimido e já pago (CLT, art. 59-a), não implicando na repetição da hora já remunerada; bem como a referida indenização não se aplica para efeitos de cálculos, médias ou demais reflexos legais.

## **Férias e Licenças**

### **Remuneração de Férias**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTO DE FÉRIAS**

As férias poderão ser concedidas integralmente ou em até 02 (dois) períodos com a anuência do trabalhador, na forma da lei vigente.

**Parágrafo Primeiro** – Na concessão das férias o início delas não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

**Parágrafo Segundo** – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á dois dias antes do início das mesmas.

**Parágrafo Terceiro** – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

**Parágrafo Quarto** – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

**Parágrafo Quinto** – Considerando a natureza da prestação de serviços na escala 12x36, o gozo das férias deverá iniciar em dia de efetivo labor.

**Parágrafo Sexto** – Nas escalas 5x2 (segunda à sexta-feira) o gozo das férias poderá iniciar no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao labor.

**Parágrafo Sétimo** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, em caso de decretação do estado de emergência de Saúde Pública no Distrito Federal, fica autorizado a possibilidade de concessão das férias para os trabalhadores que retornarem de afastamento pelo INSS ou licenças, sem a observância do prazo previsto nos Art. 139 e 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, devendo ser o trabalhador avisado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

### **Licença Remunerada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - AUSÊNCIA REMUNERADA**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;
- d) 1 (um) dia para acompanhamento de saúde por filho menor de quatorze anos ou, se for portador de necessidades especiais, de qualquer idade, limitado há 05 (cinco) dias por ano, desde que haja comprovação, por meio de atestado de saúde competente, a ser apresentado no primeiro dia do retorno ao trabalho, que contenha o horário de atendimento, nome do filho atendido, tipo de atendimento e o nome do acompanhante;
- e) no período (horas), especificado no atestado médico, para comparecimento em consultas e/ou exames. O atestado deverá ser entregue na empresa ou ao representante da empresa no dia útil posterior a realização da consulta/exame.

### **Licença Maternidade**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS DA GESTANTE**

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na sequência da licença-maternidade.

**Parágrafo Único** – De modo a dar efetividade a esse benefício convencional, as empresas poderão comunicar a empregada, em gozo da licença maternidade, sobre a existência dessa faculdade para que a empregada possa manifestar sua opção.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Equipamentos de Proteção Individual**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)**

Sem prejuízo das determinações contidas na NR-06, as empresas se obrigam ao fornecimento dos EPI's a todos os empregados que trabalhem com produtos químicos de limpeza, na forma da legislação vigente.

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORMES**

Quando de uso obrigatório, no início do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado. A cada 6 (seis) meses, será entregue 1 (um) conjunto de uniforme.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japonsa (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.

**Parágrafo Segundo** – As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 (trinta) diariamente. Considera-se “ao ar livre” o trabalho desguarnecido de qualquer cobertura física por mais de 3 (três) horas contínuas.

**Parágrafo Terceiro** – Verificado o desgaste no uniforme que o torne inutilizável ou inapresentável, a empresa entregará 2 (dois) conjuntos de uniformes, obedecida a frequência de 6 (seis) meses, conforme previsto no *caput*.

**Parágrafo Quarto** – A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso doméstico.

### **CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ELEIÇÕES PARA A CIPA**

As empresas enviarão cópias ao SINDISERVIÇOS/DF dos editais de convocação de eleições para as CIPAs, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, contadas da data de publicação dos editais, sob pena de nulidade, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

### **Profissionais de Saúde e Segurança**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO**

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SEAC/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

**Parágrafo Único** – Fica assegurado o direito de cada empresa associada ao SEAC/DF organizar e manter, individualmente, o seu próprio SESMT.

### **Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis (excluindo-se os sábados).

**Parágrafo Único** – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO**

As empresas fornecerão ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) de cada mês, cópias das CATs emitidas no mês anterior.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo acidente de trabalho, com o afastamento do trabalhador por período superior a 15 (quinze) dias, a empresa emitirá a CAT e encaminhará o trabalhador ao INSS.

### **Relações Sindicais**

## **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS**

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINDISERVIÇOS/DF.

## **Garantias a Diretores Sindicais**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS**

A 5 (cinco) dirigentes sindicais, regularmente eleitos, com a limitação de 1 (um) dirigente por empresa, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados do Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

**Parágrafo Único** – Os dirigentes sindicais serão liberados para comparecimento a congressos ou reuniões sindicais mediante comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas, e não sofrerão qualquer prejuízo em suas remunerações quando os mesmos não excederem a 20 (vinte) dias por ano.

## **Acesso a Informações da Empresa**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - PROTEÇÃO DE DADOS**

As empresas se comprometem a fornecer, quando solicitado pelo Sindicato Laboral, a documentação trabalhista estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativa aos trabalhadores terceirizados, ficando o Sindicato, nos termos da Lei 13.709/2018, responsável pela adoção de todas as medidas de segurança aptas a proteger os dados repassados, visando à proteção dos direitos fundamentais, a liberdade e a privacidade do indivíduo.

**Parágrafo Primeiro** – Nos termos do artigo 5º, inciso X, da Lei 13.709/2018, sempre que o Sindicato Laboral tiver a necessidade de acessos aos dados sensíveis dos trabalhadores terceirizados, é primordial que haja o consentimento do titular, por escrito, indicando precisamente a finalidade de sua utilização.



**Parágrafo Segundo** – Após a entrega dos dados, autorizada pelo seu titular, ao Sindicato Laboral, este passará a ser o sujeito controlador e detentor das informações, ficando sujeito a aplicação do artigo 52 da Lei 13.709/2018, em substituição à empresa que forneceu os dados.

**Parágrafo Terceiro** – Todas as informações e documentações fornecidas, estão e estarão sob sigilo e, em hipótese alguma, serão usadas para outros interesses, ficando restritas ao âmbito administrativo do Sindicato Laboral.

## **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - TAXA ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão de todos os seus empregados o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário nominal do mês de março de 2023, a título de taxa assistencial, em favor do SINDISERVIÇOS, para custeio administrativo, assistencial e jurídico, conforme aprovação expressa em assembleia geral, convocada para essa finalidade, através de Edital publicado no Jornal de Brasília, no mês de outubro de 2022. O valor descontado deverá ser repassado ao Sindicato Laboral até o dia 15 de abril de 2023, conforme discriminado abaixo.

**Parágrafo Único** – O valor descontado, previsto no *caput* desta cláusula, deverá ser recolhido ao SINDISERVIÇOS/DF, através de boleto bancário fornecido pelo mesmo, e o respectivo comprovante entregue na Secretaria daquela Entidade, juntamente com a relação nominal, em ordem alfabética, de todos os trabalhadores atingidos pelo desconto, contendo os respectivos valores.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - MENSALIDADE SINDICAL**

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados e mediante anuência expressa do trabalhador, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINDISERVIÇOS/DF no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal recebido, mediante autorização do empregado por escrito.

**Parágrafo Primeiro** – Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados que autorizaram o desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

**Parágrafo Segundo** – O repasse do desconto para o SINDISERVIÇOS/DF deverá ser feito, obrigatoriamente, até o dia 15 (quinze) após o desconto.

**Parágrafo Terceiro** – O SINDISERVIÇOS/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

**Parágrafo Quarto** – Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero virgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Quinto** – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por

parte do SINDISERVIÇOS/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

**Parágrafo Sexto** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL**

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, no valor total de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado (comprovado por meio do CAGED), referente ao mês de junho de 2023, a ser recolhida em 4 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, até o dia 15 (quinze) dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2023, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000, facultado o direito à oposição, a ser manifestado em formulário disponível na sede do SEAC/DF, até o dia 28 de fevereiro de 2023. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). As guias de pagamentos deverão ser emitidas pelo site do SEAC/DF ([www.seac-df.com.br](http://www.seac-df.com.br)).

**Parágrafo Primeiro** – Caso a guia de recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal possua valor inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por empresa, o pagamento deverá ser efetivado em única parcela até o dia 15 de julho.

**Parágrafo Segundo** – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) e 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) de juros, por dia de atraso, sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de não recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**Parágrafo Quarto** – As empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a Taxa Assistencial, conforme guia disponibilizada em site próprio do Sindicato Patronal. ( <http://www.seac-df.com.br/taxa-assistencial/> )

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DA TAXA ASSISTENCIAL**

Subordina-se o desconto assistencial à não oposição do trabalhador manifestada no prazo de até 10 (dez dias) a contar do registro deste Instrumento, por declaração assinada de próprio punho, na Secretaria do Sindicato.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL E TRABALHISTA**

Por força desta convenção, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais e trabalhistas.

**Parágrafo Primeiro** – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, conjuntamente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal e GRCSU;
- b) Recolhimento da Taxa Assistencial Patronal e Laboral;
- c) Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

**Parágrafo Terceiro** – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes Sindicais.

**Parágrafo Quarto** – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, itens IV e V, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

**Parágrafo Quinto** – A certidão será gratuita às empresas associadas ao SEAC/DF.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ENTREGA DA GFIP**

Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINDISERVIÇOS/DF suas GFIPs da empresa até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINDISERVIÇOS/DF.

**Parágrafo Primeiro** – A recusa injustificada do recebimento da GFIP, por parte do SINDISERVIÇOS/DF, isenta as empresas do cumprimento dessa cláusula.

**Parágrafo Segundo** – Fica o Sindicato Laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no **caput** desta cláusula, em favor do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Terceiro** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

### **Outras disposições sobre representação e organização**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL**

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

**Parágrafo Único** – Para o fiel cumprimento dos termos pactuados nesta Convenção Coletiva de Trabalho, os sindicatos em conjunto assumem o compromisso de fiscalizar os contratos celebrados com entes públicos e privados.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO**

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com “*severus in iudicando*” que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra a natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a

incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DO ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO EXTRAJUDICIAL**

Os acordos individuais de trabalho extrajudiciais deverão ter a anuência dos sindicatos laboral e patronal, sob pena de nulidade.

### **Disposições Gerais**

#### **Regras para a Negociação**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - ACORDOS COLETIVOS**

Condiciona-se a validade de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs), à participação do Sindicato Patronal.

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DA TENTATIVA PRÉVIA DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Nas hipóteses de descumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho que extrapolem a natureza trabalhista, em especial aquelas imputações de natureza criminal, o Sindicato Laboral se compromete a convocar a empresa, apontada como descumpridora, para tentativa prévia de resolução extrajudicial, em tempo hábil, e dando amplo conhecimento sobre as irregularidades por ele constatadas.

**Parágrafo Único** – Apenas após comprovado silêncio da empresa convocada, ou infrutífera a tentativa de resolução extrajudicial, o Sindicato Laboral ajuizará a ação pertinente.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS**

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas, por escrito, aos sindicatos convenentes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - COOPERAÇÃO MÚTUA**

Os Sindicatos, por seus representantes, se reunirão mensalmente com vistas a conhecerem e solucionarem problemas comuns, em prestígio ao trabalhador e ao setor econômico.

### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PROCESSO LICITATÓRIO**

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER**

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, constantes do presente instrumento na seguinte progressão:

- a)** Multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, não tenha incidido nesta penalidade;
- b)** Multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 120 (cento e vinte), dias, tenha reincidido nesta penalidade.

**Parágrafo Primeiro** – Prevalecem as multas por descumprimento, previstas nas cláusulas do presente instrumento.

**Parágrafo Segundo** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

### **Outras Disposições**

## CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria / fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, eletricista, ajudante geral de manutenção, recepcionista, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente convenção coletiva de trabalho (exceto servente de limpeza) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos 115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal.

**Parágrafo Primeiro** – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional servente de limpeza poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, § 5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no **caput** da presente cláusula.

**Parágrafo Segundo** – A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Superintendência Regional do Trabalho - SRTE, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

## CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DAS EMPRESAS SUJEITAS À CPRB

Aos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, é proibida a utilização pelas empresas dos benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB.

**Parágrafo Primeiro** – Não poderão utilizar os benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB, aos contratos previstos no **caput** da presente cláusula, as empresas cujo objeto também abranjam as seguintes atividades mencionadas na IN RFB 1.812/18:

- tecnologia da informação – TI e comunicação – TIC;
- call center;
- transporte rodoviário de passageiros, intermunicipal, interestadual, internacional e em região metropolitana;
- transporte ferroviário de pessoas;
- transporte metroferroviário de pessoas;
- transporte rodoviário de cargas;
- construção civil;
- construção civil de obras de infraestrutura;

- empresas jornalísticas e de radiodifusão de sons e imagens;

**Parágrafo Segundo** – A inobservância à vedação ensejará a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO TRT-10ª REGIÃO**

Nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência IUJ 0000396-17.2016.5.10.0000 do TRT-10ª Região, é proibida a utilização de enquadramento sindical pela empresa, diverso do segmento no qual o empregado trabalha; "I - O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros; II - **Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha**, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o Sindicato dos Trabalhadores houver celebrado Convenção Coletiva mais benéfica com Sindicato Eclético da Categoria Econômica", sob pena de nulidade absoluta do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Os Sindicatos comprometem-se a coibir a utilização de Norma Coletiva de Trabalho que utilize enquadramento Sindical incompatível com o segmento da prestação de serviços do trabalhador das atividades indicadas na **Cláusula Segunda** da presente CCT.

**Parágrafo Segundo** – Os Sindicatos atuarão para alertar e responsabilizar os tomadores de serviços e seus prepostos que utilizarem nos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na **Cláusula Segunda** da presente CCT, norma coletiva diversa da presente CCT.

}

ANDRE GUSTAVO PEDROSA DE CARVALHO

Vice-Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E  
SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF

MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS

Presidente

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST  
SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF

### **ANEXOS**

#### **ANEXO I - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

#### **ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**



Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas **de 79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão **TCU nº. 775/2007** deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

**A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

## **TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS**

### **ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG**

#### **MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

##### **Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>%</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
<b>Total</b>		<b>20,43%</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

##### **Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>%</b>
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou SESI	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%

F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>
A	Aviso prévio indenizado ( $33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$ )	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ( $8\% \times 1,81\% = 0,14\%$ )	0,14%
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado)	4,05%
D	Aviso prévio trabalhado ( $07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,19\%$ )	0,19%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ( $36,80\% \times 0,19\% = 0,07\%$ )	0,07%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado)	0,45%
<b>Total</b>		<b>6,71%</b>

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$ )	0,95%
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	4,17%
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	0,10%
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	0,63%
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,68%
<b>Total</b>		<b>15,55%</b>

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

**Nota 2:** Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>79,49%</b>
-----------------------------------	---------------

Revisão Fellipe R. Andrade.

## **ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA COM APROVAÇÃO DA PAUTA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.